



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO

HELDER DE SOUZA GUEDES

**O LABIRINTO DE MAMBAÍ: QUANDO TURISMO, PLANEJAMENTO E  
COMUNIDADE IRÃO SE ENCONTRAR NOS PROCESSOS DECISÓRIOS?**

Brasília  
2018

HELDER DE SOUZA GUEDES

**O LABIRINTO DE MAMBAÍ: QUANDO TURISMO, PLANEJAMENTO E  
COMUNIDADE IRÃO SE ENCONTRAR NOS PROCESSOS DECISÓRIOS?**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito para a conclusão do curso.

**Orientador:** Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso

Brasília

2018

GUEDES, Helder de Souza.

81 Folhas

Monografia – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2018.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso

1. Planejamento Participativo 2. Turismo Sustentável 3. Políticas Públicas 4. Mambai-GO

CDU

HELDER DE SOUZA GUEDES

**O LABIRINTO DE MAMBAÍ: QUANDO TURISMO, PLANEJAMENTO E  
COMUNIDADE IRÃO SE ENCONTRAR NOS PROCESSOS DECISÓRIOS?**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito para a conclusão do curso.

**Orientador:** Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso

Aprovado por:

---

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso (CET/UnB)

---

Banca Examinadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Marutschka Moesch

---

Banca Examinadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Natalia de Sousa Aldrigue

Brasília

2018

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria primeiramente de agradecer a Deus por ter me abençoado e ter chegado até aqui, e a Nossa Senhora que sempre intercede por mim. Agradecer a minha família que esteve comigo em todas as dificuldades e, durante o período de elaboração deste trabalho não foi diferente.

Agradecer ao meu orientador Prof. Dr. João Paulo Tasso, por toda a paciência, compressão e ensinamentos para a vida acadêmica e para a vida em geral, que foi passado durante o processo de construção deste trabalho.

Agradecer a Maria Williane por todo apoio emocional, motivação, por estar ao meu lado nos momentos difíceis, pela ajuda nas correções mesmo nos momentos em que também estava atarefada e, por tudo que tem feito por mim, não só ela como toda a sua família. Agradecer a todos os meus amigos, principalmente aos melhores, Ju e Paulinho, que sempre estão ao meu lado me apoiando com tudo o que eu preciso, por sempre acreditarem e não desistirem de mim. Agradecer também ao meu amigo e colega de curso Eduardo, que disponibilizou seu tempo para viajar e me ajudar com a aplicação das pesquisas.

Agradecer a todos os meus colegas e amigos de curso principalmente a Jacqueline Salles, Letícia Melgaço, Alyne Albuquerque, Rafael Valverde, Gustavo dos Santos, Taylane Campos, João Paulo Farias e a todos os outros pelos semestres que passamos juntos e, por me ajudarem e me darem tanta força nos momentos em que precisei.

Por fim, agradecer também a comunidade local de Mambáí – GO pela disponibilidade, atenção, e por ter nos recebido com tanta hospitalidade e carinho em suas residências e locais de trabalho.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como foco temático a participação social nos processos de planejamento e de tomada de decisão no âmbito do turismo. O recorte territorial definido para o estudo foi o Município de Mambai – Estado de Goiás (região Centro Oeste do Brasil), que possui uma população de 8.871 indivíduos. Nessa localidade são encontrados diversos atrativos naturais compreendidos na Área de Proteção Ambiental (APA) “Nascentes do Rio Vermelho”. São cachoeiras, lagos, cânions, e um conjunto singular de cavernas, tratados como pontos de visitação. Devido   presença de tamanha riqueza natural, pode-se evidenciar o destaque da atividade turística por meio de sua representa o/participa o no PIB local. Apesar da contribui o econômica acarretada pelo setor, se considerado o  ndice total de desenvolvimento municipal (IFDM), verifica-se um nível de desenvolvimento local apenas “regular”. Dentre os componentes considerados pelo IFDM, o componente “emprego e renda” tem sido, historicamente, aquele de maior oscila o. Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar em que medida a sociedade civil organizada de Mambai tem participado, efetivamente, dos processos decisórios referentes ao desenvolvimento turístico local. Os arranjos metodológicos se deram a partir das seguintes atividades: levantamento bibliográfico e documental; observa o *in loco*; incursões preliminares; e a realiza o de nove entrevistas semiestruturadas, com dois gestores públicos (SETUR e ICMBio), três representantes de setores de equipamentos turísticos (meios de hospedagem, agenciamento e alimenta o), a presidente do Conselho Local de Turismo, um representante da segurança pública, um representante de institui o financeira local, e um líder comunitário. Como evidências preliminares, verificou-se: (a) a inexistência de grupos organizados da sociedade civil no município; (b) o reconhecimento de um espaço aberto de discussão sobre o desenvolvimento turístico, representado pelo Conselho Municipal de Turismo; (c) a reduzida participa o social nas tomadas de decisão referentes ao turismo.

**Palavras-Chave:** Planejamento Participativo; Turismo Sustentável; Políticas Públicas; Mambai – GO.

## ABSTRACT

The present research has as its thematic focus the social participation in the processes of planning and decision making in the scope of tourism. The territorial limit defined for the study was the Municipality of Mambaí - State of Goiás (Central West region of Brazil), which has a population of 8,871 individuals. In this locality are found several natural attractions included in the Environmental Protection Area (EPA) "Nascentes do Rio Vermelho". There are waterfalls, lakes, canyons, and a unique set of caves, treated as points of visitation and practice of adventure tourism activities. Due to the presence of such natural wealth, it is possible to highlight the importance of tourism through its representation / participation in the local GDP. Despite the economic contribution made by the sector, considering the total municipal development index (MDI), there is a level of local development that is only "regular". Among the components considered by IFDM, the "employment and income" component has historically been the one with the greatest negative oscillation. The objective of this research was to analyze the extent to which organized civil society in Mambaí has effectively participated in decision-making processes related to local tourism development. The methodological arrangements were based on the following activities: bibliographical and documentary survey; on-site observation; preliminary incursions; and nine semi-structured interviews, with two public managers (SETUR and ICMBio), three representatives of sectors of tourism equipment (lodging, agency and food), the president of the Local Tourism Council, a representative of public security, a representative of a local financial institution, and a community leader. As preliminary results, it was verified: (a) the absence of organized civil society groups (such as associations, cooperatives, unions, among others) in the municipality; (b) recognition of an open and democratic area of discussion on tourism development, represented by the Municipal Tourism Council; (c) low social participation in tourism decision-making, justified by the lack of knowledge of the community about the possibility of having a voice in the Council;

**Keywords:** Participatory Planning; Sustainable tourism; Public policy; Mambaí – GO

## SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE MAMBAÍ - GO.....	20
1.1 Aspectos histórico-evolutivos .....	20
1.2 Aspectos demográficos .....	21
1.3 Aspectos socioeconômicos .....	21
1.4 Aspectos socioambientais .....	22
1.5 Aspectos político-institucionais .....	26
2 CAPÍTULO 2: DISCUSSÃO TEÓRICA .....	28
2.1 Turismo como atividade econômica ou como fenômeno social complexo? ..	28
2.2 Desenvolvimento sustentável e turismo .....	35
2.3 Planejamento Participativo .....	41
3 CAPÍTULO 3: METODOLOGIA .....	53
3.1 Pré-campo.....	53
3.2 Campo.....	55
3.3 Pós-campo .....	56
4 CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS PROCESSOS .....	57
4.1 Percepção dos entrevistados .....	57
4.1.1 Tema 1: Responsáveis por pensar no turismo .....	57
4.1.2 Tema 2: Análise de tomada de decisão no turismo/Espaços públicos	
abertos para discussão.....	58
4.1.3 Tema 3: Participação da entidade da discussão do turismo.....	60
4.1.4 Tema 4: Principais contribuições da entidade para o planejamento	
turístico 62	
4.1.5 Tema 5: Percepção sobre o turismo local .....	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	73
APÊNDICE A.....	78
6 APÊNDICE B .....	79
APÊNDICE C .....	80
7 APÊNDICE D .....	81





## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cachoeira do funil .....	15
Figura 2: Poço azul .....	16
Figura 3: Cânion da caverna Lapa do penhasco.....	16
Figura 4: Cachoeira do alemão .....	23
Figura 5: Caverna Senhor dos Anéis.....	24
Figura 6: Gruna da Tarimba.....	25
Figura 7: Cachoeira do funil.....	26
Figura 8: O ciclo da governança viciosa.....	48

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Informações socioeconômicas de Mambai (GO) .....	22
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Aspectos do Planejamento .....	43
Quadro 2: Tipos de planejamento .....	44
Quadro 3: Características do planejamento .....	44
Quadro 4: Atores entrevistados .....	54

## **LISTA DE ABREVIÇÃO E SIGLAS**

APA: Área de Proteção Ambiental

CECAV: Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas

COMTur: Conselho Municipal de Turismo

FIRJAN: Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro

IFDM: Índice FIRJAM de Desenvolvimento Municipal

IBAMA: O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

ONG: Organização não governamental

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PIB: Produto Interno Bruto

PP – Partido Progressista

PPS – Partido Popular socialista

PR – Partido da República

PRÓS: Partido Republicano da Ordem Social

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

RA: Regiões Administrativas

RESEX: Reserva Extrativista

RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural

SETUR: Secretaria de Turismo

SD: Solidariedade

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

## **APRESENTAÇÃO**

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida entre os meses de agosto/2017 à julho/2018, orientado pelo Prof. Dr. João Paulo Tasso, um programa ProIC/DGP/UnB financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento e Tecnológico – CNPq.

## INTRODUÇÃO

O Município de Mambai (GO), foco de estudo deste trabalho, está localizado no nordeste goiano a, aproximadamente, 357 km de Brasília (DF) e a 530 km de Goiânia (GO). A cidade conta com uma área territorial de 880,624 Km<sup>2</sup>, e uma população estimada de 8.871 indivíduos (IBGE, 2010).

A sua base econômica produtiva esteve concentrada, durante muitos anos, na extração do látex, e na agricultura e agropecuária familiar. Atualmente, o turismo na região tem se apresentado como um fenômeno de grande contribuição para o desenvolvimento local, ganhando destaque no cenário turístico de seu Estado, dentre outras coisas, por se tratar de um destino com boa parte da fauna e flora preservadas e com características propícias para a realização de atividades de ecoturismo e de turismo de aventura.

Nessa localidade são encontrados diversos atrativos naturais compreendidos nas Áreas de Proteção Ambiental (APA) “Nascentes do Rio Vermelho”. Tratam-se de cachoeiras, lagos, cânions, e um conjunto singular de cavernas, os quais servem como pontos de visitação e de prática de atividades como espeleoturismo, boia cross, tirolesa, rapel, cascading, escaladas, trilhas, entre outras. (VIAGEM EM PAUTA, 2017; GOIÁS TURISMO, 2017). Ver Figura 1, Figura 2, Figura 3.



**Figura 1: Cachoeira do funil**

**Fonte:** Blog “leve na viagem”, 2017.



**Figura 2: Poço azul**

**Fonte:** Blog “leve na viagem”, 2017.



**Figura 3: Cânion da caverna Lapa do penhasco**

**Fonte:** Blog “leve na viagem”, 2017.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), o Município de Mambai apresentou, em 2003, uma alta incidência de pobreza, que atinge 71,05% de sua população total. Dados do Sistema Firjan, referentes a 2013, apontam que o Índice de Desenvolvimento Municipal Total encontra-se classificado como de “desenvolvimento regular” (0.5668). Dentre os componentes analisados (educação, saúde, emprego e renda), os componentes “emprego e renda” e “saúde” são aqueles de menor contribuição (0.5337 e 0.4596, respectivamente).

A localidade também possui como característica socioeconômica de destaque a concentração de renda que, a partir do Índice de Gini (0,5492) (BRASIL, 2010), deixa exposto o alto grau de desigualdade presente na região.

O cenário socioeconômico supracitado atesta a hipótese de que a participação da comunidade local nos benefícios econômicos decorrentes da prática turística em Mambai, aparentemente, ainda é pouco viabilizada.



O turismo é um conceito mais amplo do que apenas aquele que o define como atividade econômica, nesse sentido também é visto como um objeto de estudo, um fenômeno social complexo. Este então é resultante da construção das relações estabelecidas por meio de uma viagem, onde a partir do deslocamento e permanência de um indivíduo, durante certo tempo, em outro lugar, que não é a sua residência, por motivos que não sejam de trabalho, ou que envolvam atividade remuneratória, se traduz por turismo (BENI, 2001). Ou seja, consiste em um deslocamento voluntário do indivíduo que é motivado normalmente por recreação, descanso, saúde, aventura ou cultura. E não tendo este, em alguns casos, o objetivo de exercer uma atividade econômica remunerada, gera no local visitado múltiplas relações, sendo elas de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1992).

O turismo entendido como um fenômeno social complexo, tem por característica fundamental o envolvimento de diversos setores da sociedade, sendo eles o poder público, empresariado, a sociedade civil e, até mesmo o terceiro setor.

A sociedade civil contém uma pluralidade de indivíduos com os mais diversos pensamentos, necessidades e objetivos. É importante neste meio identificar aquela parte da sociedade que se organiza para lutar por uma maior representação na atividade política legitimada, principalmente pelo fato de empenhar-se na solução de problemas que afetam a sociedade, e que não possuem a devida atenção governamental ou do mercado. Esta parte da sociedade é então caracterizada como a sociedade civil organizada (MARX, 2006).

A partir dos conceitos abordados, em sua complexidade, o capital humano, é onde se observam formas da vida social, implicadas dentro de aspectos como redes, normas e confiança, que visam buscar uma maior facilidade na hora de se agir, buscando assim uma cooperação entre aqueles que possuem objetivos em comum (PUTNAM, 1993 apud ALBAGLI; MACIEL 2002). Para que haja integração e cooperação ocorrendo de forma harmoniosa, é pela prática da governança, que se alcança a gestão de um bem comum de forma consciente e sustentável, que busca evitar a exploração desordenada deste bem, para que o mesmo não seja exaurido por seus usuários (OSTROM, 2003; 1990 Apud VICENTE; CALMON; ARAUJO, 2014)

A participação da comunidade, alvo do planejamento, nos processos de concepção, discussão, implementação, acompanhamento e avaliação das propostas na área de turismo, está estreitamente relacionada ao conceito de cidadania. Pois,

neste caso, refere-se a indivíduos portadores de direitos, dentre outros, como o de decidir o seu próprio futuro (DIAS, 2008).

Refere-se então a um trabalho que seja cooperativo entre todos os profissionais envolvidos na exploração e na explicação do turismo, uma parceria entre o poder público e os organismos representativos da sociedade (BENI, 1999).

Trata-se de um modelo de participação efetiva dentro do processo decisório, e não uma participação como fator de legitimação das velhas práticas de política desinteressada. Logo busca-se, uma participação que “se torne parte na ação” (BROSE, 2001, p. 48).

A partir disso, esta pesquisa traçou como objetivo geral analisar em que medida a sociedade civil organizada de Mambáí tem participado efetivamente dos processos decisórios referentes ao desenvolvimento turístico local. A pesquisa tem como objetivos específicos:

- Contextualizar, de forma multidimensional, o cenário local, em relação aos aspectos histórico-evolutivo, socioeconômico, cultural, político-institucional, ambiental e turístico;
- Identificar e analisar as instâncias de tomadas de decisão referentes ao desenvolvimento turístico local, e verificar em que medida há participação efetiva das representações da sociedade civil organizada nas mesmas, e como ela ocorre;
- Verificar se existem, e como são apresentadas, as iniciativas de planejamento participativo nos processos de desenvolvimento do turismo no município;
- Refletir sobre o planejamento participativo do turismo como instrumento de desenvolvimento local e de melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

A pesquisa se baseia nas seguintes pergunta problema:

O planejamento do turismo, da maneira como ele vem sendo desenvolvido no município, tem fomentado as oportunidades de participação da comunidade de Mambáí (GO)? Com qual efetividade?

Afora esta Introdução e as Considerações Finais, este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a contextualização multidimensional do Município de Mambáí – GO, por meio de aspectos demográficos,

históricos, socioeconômicos e ambientais que compreendem a região. Usou-se como bases de dados o IBGE, Sistema Firjan, Ministério da Saúde, o site oficial da agência estadual de turismo e da Prefeitura Municipal de Mambaí, além da revista “Viagem em Pauta”, para coleta de informações. No segundo capítulo, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental para constituir as bases teóricas deste trabalho, a respeito de temas centrais de discussão (como turismo, desenvolvimento sustentável e planejamento participativo), e a temas secundários (como participação, capital social, percepção, governança e planejamento).

No terceiro capítulo, foi abordada a metodologia deste trabalho, dividida em “pré-campo”, “campo” e “pós campo”, contendo em detalhes as informações sobre as etapas de desenvolvimento desta pesquisa. Por fim, no quarto capítulo, encontra-se a estruturação e a análise crítica dos processos. Neste capítulo foi realizado o tratamento dos dados coletados em campo. Foram feitas transcrições, sistematização das informações, e assim foram divididas em temáticas para análise, com a devida interpretação, para uma melhor reflexão e apresentação dos dados coletados.

## **CAPÍTULO 1: ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE MAMBAÍ - GO**

Neste capítulo é apresentada a contextualização multidimensional do Município de Mambaí – GO. Buscou-se pautar aspectos demográficos, históricos, socioeconômicos e ambientais, que permitissem uma noção geral do município foco do estudo. Usou-se como bases de dados sites oficiais do IBGE, Sistema Firjan, Ministério da Saúde, o site oficial da agência estadual de turismo e da Prefeitura Municipal de Mambaí, e da Revista “Viagem em Pauta”.

### **1.1 Aspectos histórico-evolutivos**

O povoamento da região que, hoje, compreende o Município de Mambaí-GO, teve seu início em meados do século XIX, nas margens do córrego Richão, por indivíduos com origem do Estado da Bahia, tendo como pioneiros os senhores Eduardo Moreira dos Santos, Gustavo Olimpo, Ioiô Mendes e Joaquim Maroto. Tais indivíduos tinham como objetivo inicial a atividade de extração de borracha da mangabeira, que havia em abundância na região. Porém, com o passar do tempo, começaram também a fazer escambo entre os Estados de Goiás e da Bahia, agregando, desta forma, novos elementos para a movimentação e desenvolvimento da economia local (IBGE, 2017).

Como abordado, a região onde atualmente se localiza o município de Mambaí–GO, era um povoado com nome de Richão, com documentação baseada na Lei Municipal nº3, de 29/11/1906, subordinado ao Município de Posse. Em 26 de maio de 1958, a Câmara Municipal de Posse elevou o então povoado de Richão à categoria de distrito, alterando também a forma como esse município se denominava, passando então a ser conhecido por Mambaí (IBGE, 2017).

“Man” referente a Mangaba, por conta da extração de látex e devido à abundância da espécie na região, e “Baí”, devido a proximidade com o Estado da Bahia, e pelos pioneiros terem sua origem advinda deste Estado. Sendo assim, com a resolução nº2 de 26/05/1958, o município recebeu autonomia política, sancionada pela Lei Estadual nº2.121, de 14/11/1958. Por fim, em 1º de março de 1959, foi nomeado o primeiro prefeito do Município de Mambaí, o sr. José Augusto Alves da Costa (IBGE, 2017; Prefeitura Municipal de Mambaí, 2017).

## **1.2 Aspectos demográficos**

O Município de Mambai (GO), foco de estudo deste trabalho, está localizado no nordeste goiano a, aproximadamente, 357 km de Brasília (DF) e a 530 km de Goiânia (GO). A cidade conta com uma área territorial de 847,129 Km<sup>2</sup>, contendo uma densidade demográfica de 7,80 (hab./km<sup>2</sup>) e uma população estimada de 8.871 indivíduos. Destes, 3.342 indivíduos são mulheres (965 residentes da área rural e 2.377 da área urbana) e 3.529 são homens (1.104 residentes da área rural e 2.425 da área urbana). É possível notar, também, por meio da análise dos dados, que em 2007 a região compreendia 6.454 habitantes. Se comparado com o número de habitantes alcançado em 2010, houve um crescimento populacional de 6,06% (IBGE, 2010).

## **1.3 Aspectos socioeconômicos**

Em 2003, o Município de Mambai apresentou, uma alta incidência de pobreza, que atinge 71,05% de sua população total, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). Dados do Sistema Firjan, referentes à 2013, apontam que o Índice de Desenvolvimento Municipal Total encontra-se classificado como de “desenvolvimento regular” (0.5668). Dentre os componentes analisados (educação, saúde, emprego e renda) os componentes “emprego e renda” e “saúde” são aqueles de menor contribuição (0.5337 e 0.4596, respectivamente). No caso do componente “emprego e renda”, nota-se uma maior oscilação nas notas aferidas (entre “baixo desenvolvimento” e “desenvolvimento regular”), principalmente entre os anos de 2011 (0.1774) e 2013 (0.5337). Percebe-se que, em pouco tempo, houve um aumento do indicador, o que possivelmente pode ter ocorrido pelo desenvolvimento da atividade turística na região.

Dados referentes ao PIB local reforçam esta perspectiva, pois como pode ser observado na “Tabela 1”, o seguimento de maior contribuição para a economia local é o de serviços, com um total de R\$29.380,00, representando, aproximadamente, 47,2% do montante total.

A localidade também tem como característica socioeconômica de destaque a concentração de renda que, a partir do Índice de Gini (0,5492) (BRASIL, 2010), deixa exposto o alto grau de desigualdade presente na região.

O cenário socioeconômico supracitado atesta a hipótese de que a participação da comunidade local nos benefícios econômicos decorrentes da prática turística em Mambaí, ainda é pouco evidente.

**Tabela 1: Informações socioeconômicas de Mambaí (GO)**

População Total (2016) – indivíduos	8.871
Incidência de Pobreza (2003) -	71,05%
Índice de Gini (2010)	0,5492
IFDM total (2013)	0.5668
IFDM (Educação)	0.7070
IFDM (Saúde)	0.4596
IFDM (Emprego e Renda)	0.5337
PIB Bruto Total (2014)	R\$ 62.267
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	R\$ 26.757
Agropecuária	R\$ 2.373
Indústria	R\$ 3.756
Serviços	R\$ 29.380

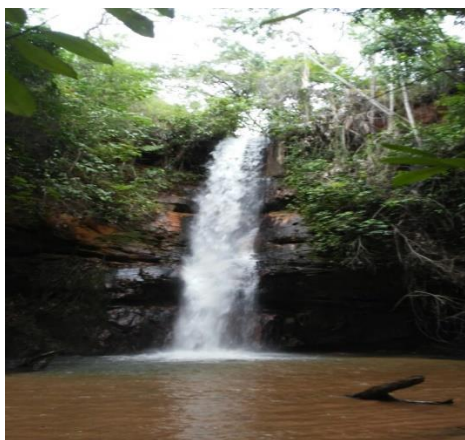
**Fonte:** IBGE, 2016; SISTEMA FIRJAN, 2016.

#### 1.4 Aspectos socioambientais

A base econômica produtiva do município esteve concentrada, durante muitos anos, na extração do látex, e na agricultura e agropecuária familiar. Atualmente, o turismo na região tem se apresentado como um fenômeno de grande contribuição para o desenvolvimento local, ganhando destaque no cenário turístico de seu Estado, dentre outras coisas, por se tratar de um destino com boa parte da fauna e flora preservadas, como podem ser observados nos diversos atrativos naturais compreendidos nas Área de Proteção Ambiental (APA) “Nascentes do Rio Vermelho” (IBGE, 2017; GOIÁS TURISMO, 2017).

Tratam-se de cachoeiras, lagos, cânions, e um conjunto singular de cavernas, os quais servem como pontos de visitação e de prática de atividades como

espeleoturismo, boia cross, tirolesa, rapel, cascading, escaladas, trilhas, entre outras. (VIAGEM EM PAUTA, 2017; GOIÁS TURISMO, 2017).



**Figura 4: Cachoeira do alemão**

**Fonte:** Próprio autor, 2017

A Área de Proteção Ambiental “Nascentes do Rio Vermelho” teve a sua criação em meados de 2001, pela iniciativa do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV), órgão este que possui vínculos com o ICMBio. Esta APA compreende uma área referente a 176.322,22 hectares, no bioma característico do cerrado brasileiro. Um espaço territorial que abrange os Municípios de Posse, Buritinópolis, Mambai e Damianópolis, estando os dois últimos integralmente dentro da APA.

Esta APA possui objetivos bem claros desde a sua criação. Tais objetivos estão relacionados à proteção dos atributos naturais, da diversidade biológica, recursos hídricos e do patrimônio espeleológico. Possui também uma meta bem estabelecida, de manter o caráter sustentável das ações humanas na região que abriga um patrimônio cárstico singular, além das correntes de rios subterrâneas que passam pela região (CHAVES; LEITE; LIMA, 2006 apud DOURADO, 2016).

A APA em questão não possuía um plano de manejo até o momento de realização da pesquisa. Logo, o único documento válido é o Decreto s/n.º de 27 de setembro de 2001, de criação da APA que, por sua vez, apresenta de forma clara as atividades que os gestores regulam na região, como: o exercício de atividades capazes de provocar erosão de terras; a implementação de atividades industriais; o exercício de atividades que impliquem na matança, captura ou molestamento da biota da região; o exercício de atividades capazes de provocar erosão das terras; a prática

da atividade turística desordenada na região; o despejo de resíduos nos seus rios e afluentes (DOURADO, 2016).

No território da APA apresentam-se dois assentamentos de agricultores com históricos relativamente parecidos de presença e ocupação da região. Tratavam-se de fazendas (Fazenda Atoleiro e Fazenda Funil) que, após a desapropriação de terras, foram feitos loteamentos para os agricultores, tornando-se assim dois assentamentos (Cynthia Peter e Assentamento Funil). Esses estão presentes em tal região antes mesmo da criação da reserva ambiental, e possuem um histórico conturbado com o IBAMA. Esta relação passou a ser mais tranquila e saudável somente após o acompanhamento e a orientação dos órgãos gestores (BOSGIRAUD, 2013 apud DOURADO, 2016).

Em relação aos atrativos turísticos na região, existem aqueles que ainda não foram explorados pelo turismo. Tal fato ocorre, dentre outras coisas, porque não há acesso, equipamentos e serviços adequados para o atendimento de muitos visitantes aos atrativos. Os únicos que possuem acesso a tais pontos são os moradores locais, que criaram entradas improvisadas para auxiliar na chegada a tais espaços.

Com isso, podem ser sinalizados alguns dentre aqueles que já são utilizados para o turismo. São eles:

### **Vale do Senhor dos Anéis**

O Vale do Senhor dos Anéis (assim conhecido em lembrança ao filme “Senhor dos Anéis”) é um conjunto de cavernas que, por possuir 90 metros de altura, torna-se possível a prática de tirolesa e de rapel, e que por suas características rochosas, permite também a prática do espeleoturismo.



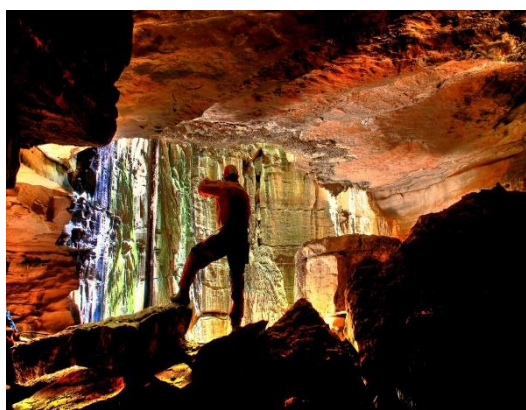
**Figura 5: Caverna Senhor dos Anéis**

**Fonte:** Mapio, 2018



### **Gruna da Tarimba**

Oriunda da palavra indígena “Gruna”, tem significado referente a minas de diamante em lugar profundo, em que se necessita de luz artificial para o trabalho de garimpagem. Posicionada mais precisamente atrás de uma fazenda, que possui o mesmo nome, a Gruna da Tarimba possui o status de maior caverna da região e proximidades, por ter 08 km de extensão total. Neste atrativo é possível realizar a prática de atividades de rapel e de mergulho em águas cristalinas e temperatura agradável.



**Figura 6: Gruna da Tarimba**

**Fonte:** Blog da “UPE”, 2018

### **Caverna Rio Vermelho I**

Localizada entre os Municípios de Mambai e Damianópolis, e pertencente a área territorial da Fazenda Bonina, tem por característica principal a drenagem do Rio Vermelho e do Rio das Pedras. O fator que chama atenção no local é a potencialidade natural do vale ali existente, e a possibilidade da prática de banho e de mergulho em suas imediações.

### **Lapa da Cachoeira do Funil**

Inserida dentro do território referente à Fazenda Funil, essa cachoeira pode ser considerada a favorita pelos visitantes, por impressionar com sua riqueza natural e imponência. Com sua vegetação preservada, a visita deste atrativo é recomendada por sua beleza cênica e não oferecer grandes riscos para quem decide desbravar o local. Possui mata calcária e ciliar, bem presentes na região, e bem

conservadas. As suas características geomorfológicas propiciam, assim, a prática de atividades como o *trekking*.



**Figura 7: Cachoeira do Funil**

**Fonte:** Blog “Viagem em pauta”, 2016

### **Córrego ventura**

Localiza-se a, apenas, 05km do centro do Município de Mambaí, tendo como referência o povoado de Vila Nova. O baixo grau de dificuldade de acesso ao local, e a possibilidade de visita durante todo o ano, mesmo em tempos chuvosos, faz com que esse atrativo seja o mais escolhido entre os visitantes, visto que os outros não possuem tal particularidade. No local, é possível a prática de atividades como *bóia-cross*, *rafting* e banho.

## **1.5 Aspectos político-institucionais**

O Município de Mambaí, após a resolução nº2 de 26/05/1958, sancionada pela Lei Estadual nº2.121 de 14/11/1958, como abordado anteriormente, ganhou autonomia política e, a partir de então, passou a ter uma esfera política municipal própria, e não mais ligada ao Município de Posse.

Sendo assim, Mambaí passou a ter uma estrutura governamental própria e completa, formada por prefeitura municipal e suas secretarias, além da câmara municipal de vereadores.

O cargo de prefeito de Mambaí, até o período de realização desta pesquisa, era ocupado por um indivíduo do sexo masculino, 56 anos, casado, natural do próprio município, com escolaridade de ensino fundamental incompleto, e possuindo como ocupação original o cargo de servidor público. Em seu primeiro mandato (atual), o prefeito instituiu como estrutura organizacional de apoio no exercício do seu dever, 13 secretarias, dentre essas a de Turismo.

Além da estrutura organizacional que compõe a Prefeitura Municipal, o município conta também com a Câmara Municipal de Vereadores. Atualmente, ela é composta por nove vereadores ao todo, sendo cinco deles da coligação de oposição (denominada “Força que vem do povo”), e quatro da coligação de situação (conhecida por “Mambaí de volta ao progresso”).

A frente de oposição é composta atualmente por quatro partidos: PDT – Partido Democrático Trabalhista, Prós, SD – Solidariedade e, PSD – Partido Social Democrata. Tendo três vereadores filiados ao PDT, um ao PRÓS e um ao SD. Já a frente de situação é composta por oito partidos: PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, PT – Partido dos Trabalhadores, PSL – Partido Social Liberal, PSB – Partido Socialista Brasileiro, PR – Partido da República, PPS – Partido Popular socialista PP – Partido Progressista Rede Sustentabilidade. Tendo vereadores representantes de cada partido.

Após o município ter sido contextualizado de forma multidimensional a partir dos aspectos abordados acima que o caracterizam. O próximo capítulo traz elementos teóricos importantes para a compreensão da problemática abordada neste trabalho, a partir da questão que busca entender se o planejamento do turismo como vem sendo desenvolvido no município, tem fomentado as oportunidades de participação da comunidade e com que efetividade isso tem ocorrido.

## **CAPÍTULO 2: DISCUSSÃO TEÓRICA**

Neste capítulo é abordado o resultado do levantamento bibliográfico e documental, para constituição das bases teóricas da pesquisa. Como temas abordados sobre: turismo, desenvolvimento sustentável, planejamento participativo, capital social, percepção, governança e planejamento.

### **2.1 Turismo como atividade econômica ou como fenômeno social complexo?**

Devido à grande capacidade que a atividade turística possui de gerar divisas econômicas, é fácil identificar que tal atividade é, essencialmente, capitalista, e por ser assim, permite que haja o uso e, até mesmo, a exploração de mão de obra e de lugares (CORIOLANO, 2003). Sobre a égide do modo de produção hegemônico capitalista, o turismo, como uma atividade produtiva moderna, produz uma organização própria que é resultante do processo da junção de desigualdade, combinada com territórios capitalistas, e que, desta forma, possui uma absorção diferente por cada cultura ou modo de produção que passa a ter contato com tal atividade (CORIOLANO, 2006).

Com a compreensão de que o conceito de turismo engloba um caráter além daquele de atividade econômica, mas também de um fenômeno social complexo, o aprofundamento do estudo sobre este objeto, busca antes de tudo identificar e reconhecer o sujeito que o pratica. Turismo pela perspectiva de ciência social, busca entender o encontro e o sujeito em sua totalidade e a sua intencionalidade para o deslocamento. Turismo é, antes de tudo, uma prática social da vida humana, que encontra as suas origens em uma experiência ontológica do nomadismo que ansiava pela superação (MOESCH, 2004).

Os seres humanos continuam com suas características nômades, porém em um contexto atualizado para o tempo presente. O homem sempre foi, e sempre vai ser, movimento, comunicação, presença. Desta forma, tem por essência o deslocamento, a busca pelo lugar desconhecido, pelo conhecimento, anseia pelo novo. Tal deslocamento citado se expressa pelas condições que estão expostas no momento, envolvendo diversos aspectos como econômicos, sociais, tecnológicos e ideológicos a depender de cada tempo histórico (MOESCH, 2004).

Sobre espectro da fenomenologia, um dos temas tratados por tais estudos é a experiência humana. A descrição fenomenológica tem por base a observação e a percepção do turismo como um fenômeno, que possui características altamente dinâmicas, que são desenvolvidas no tempo e no espaço, por apenas um indivíduo, ou então por grupo. Portanto, fenômeno turístico pode se dizer que é “algo que se mostra a si mesmo, tal como é, do modo que é”. (PANOSSO NETTO, 2011 in PANOSSO NETTO, 2014, p. 132)

Pela ótica de fenômeno social, percebe-se que as maiores dúvidas e a maior dificuldade de se observar o turismo por esse ângulo, encontra-se no fato de que as teorias mais utilizadas para o explicar, encontram-se preocupadas nas relações de consumo e de mercado que o turismo possibilita. Se esquece do fato de que o mesmo envolve muito mais questões do que essas, que tais teorias possibilitam ser vistas de forma superficial, ou que está muito próxima de serem identificadas. Turismo é muito mais do que isso. A sua profundidade encontra-se nas necessidades, anseios e desejos humanos, bem como nas motivações psicológicas do indivíduo, que são fundamentais de serem entendidas para se conseguir uma compreensão mais ampla do fenômeno. Necessidades e desejos que muitas vezes se encontram ocultas a superficialidade do primeiro olhar sobre o fenômeno. (PANOSSO NETTO, 2014)

Portanto, o turismo é uma atividade que, ao mesmo tempo, consegue assumir um caráter econômico, de mercado - e sendo assim um gerador nato de divisas, talvez um dos maiores do século presente -, mas assumindo também seu caráter de fenômeno social, sendo visto como uma necessidade humana de deslocamento, de superação de si mesmo, do anseio pelo novo. O fato é que turismo é um fenômeno global, de ocorrência anual, que tem por características próprias o deslocamento de milhões de indivíduos, uma rede complexa de operação envolvendo toda uma estrutura de transporte, hospedagem, alimentação, entre outras estruturas, e serviços utilizados indiretamente pelo turismo, que geram, conseqüentemente, impactos de vertente econômica, socioculturais, ambientais, entre outros, naquela comunidade receptora (CORIOLANO, 2006; MOESCH. 2004; DIAS, 2003).

A atividade turística é geradora de impactos, em diversos âmbitos da sociedade, que, direta ou indiretamente, influem sobre a vida e o cotidiano de milhões de indivíduos mundo a fora. É necessário que seja feito um destaque, uma análise, sobre o que de melhor o turismo pode oferecer a tais pessoas, bem como, aqueles impactos negativos que são também gerados no meio de atuação de tal atividade.

Sendo assim, uma análise resumida e sistemática que ajuda na compressão de tais impactos do turismo, nos âmbitos econômico, sociocultural e físico, é oferecida por Leiper (1995):

**a) Impactos econômicos:**

- Ganhos de divisas e créditos na balança de pagamentos em nível nacional;
- Faturamento das empresas, tendo em vista a gama de negócios que servem ao turista;
- Taxas e impostos para os governos;
- Emprego e renda pessoal, considerando que em locais bastante turísticos grande parte dos trabalhadores tem sua vida vinculada a negócios do turismo, direta ou indiretamente;
- Efeito multiplicador econômico, entendido como uma medida de fluxos consequentes de sucessivas rodadas de atividade econômica. Pode ser calculado em função do emprego, da renda, dos gastos, entre outras medidas;
- Estrutura de lazer para moradores locais, incrementada em razão da presença do turista.

Ou seja, a atividade turística sendo desenvolvida em uma região, gera grandes expectativas para aquela comunidade local que observa o desenrolar do processo. Com isso, uma das maiores expectativas é sobre o fator econômico, e o que de fato o turismo pode proporcionar como impacto positivo sobre tal região, como a geração de emprego e aumento da renda. Pode-se observar, também, um maior investimento em infraestrutura que, tanto irá proporcionar ao turismo, como à comunidade local (SWARBROOKE, 2000 in BEM, 2014).

Entretanto, não se pode deixar de lembrar dos impactos econômicos negativos, também ocasionados pela atividade turística. Podem ser citados como os principais: a atenção somente para o turismo, pode acabar tornando a atividade uma “monocultura” que pode acarretar o cenário em que a comunidade acaba por deixar de lado outros meios de produção importantes tanto para a sua economia, quanto para um suporte direto ou indireto do turismo; especulação imobiliária de alguns lugares e favelização de outros; a inflação local e o aumento no custo de

vida da população, ocasionado pelo maior poder aquisitivo dos visitantes, que possuem maior gasto no ticket médio quando estão em viagem, fazendo com que o comércio local aumente o preço não só para eles, o que seria ilegal, mas, para todos, o que impacta no custo de vida dos habitantes locais (VALLS, 2006 apud COSTA, 2009).

Observa-se que tais impactos negativos, muitas vezes, são ocasionados pela ausência de um planejamento prévio para o desenvolvimento da atividade turística. Tal desordenamento pode ocasionar problemas referentes a sazonalidade, congestionamentos, infraestrutura desnecessária e dispendiosa, e dependência do setor turístico. Além do fato de que os impactos negativos vão depender muito de qual é o tipo de economia do local. Porém, para que seja avaliado, deve-se levar em conta o “efeito multiplicador” (SWARBROOKE, 2000 in BEM, 2014, p.141).

Com o olhar voltado para uma segunda dimensão, sociocultural, percebe-se com a ação do turismo que mudanças podem ocorrer em relação a crenças, valores, comportamentos e costumes daquela comunidade, devido a ação natural da interação ocorrida entre visitantes e comunidade receptora (LEIPER, 1995 apud COSTA, 2009). Apesar das divergências encontradas entre os autores, pode-se citar os principais aspectos negativos encontrados como:

#### **b) Impactos socioculturais:**

- Turistas excedendo a capacidade de carga, principalmente nos casos em que ocorre o turismo de massa, onde há a perda da hospitalidade oferecida pelo morador, devido a saturação da capacidade de carga tanto psicológica, como social (LIU, 2003);
- Perda da origem da cultura local, buscando atender demandas externas dos turistas;
- Prejuízo a cultura tradicional da comunidade local, devido ao estereótipo de alto padrão de vida refletido pela origem de turistas;
- Empregos de baixo valor agregado, oferecidos a população local, pois normalmente, grande parte dos empregos oferecidos pela cadeia produtiva do turismo são de baixos salários e baixo status social;

- Prejuízos relacionados ao consumo de entorpecentes, além de prostituição e crimes ocorridos para a compra de substâncias ilegais, além do fato da desigualdade e marginalização que também provocam tais atitudes sociais (LEIPER, 1995 apud COSTA, 2009).

Ruchsmann (1993, p. 62) cita como impactos negativos, ainda:

- a) Descaracterização das tradições e costumes das comunidades receptoras cujos ritos e mitos muitas vezes são transformados em shows para turistas;
- b) Descaracterização das tradições e costumes das comunidades receptoras cujos ritos e mitos muitas vezes são transformados em shows para turistas;
- c) Sentimento de inveja e ressentimento frente aos hábitos e comportamentos diferentes dos turistas e a ostentação de tempo livre e dinheiro – muitas vezes escassos para os moradores da localidade (efeito demonstração);
- d) Aumento dos preços das mercadorias e terrenos;
- e) Migração de pessoas originárias de regiões economicamente debilitadas para os novos pólos turísticos, em busca de empregos, provocando excedente na oferta de mão-de-obra e escassez de moradia.

Não deixando os impactos positivos de lado, pode-se ressaltar a interação entre moradores locais e turistas, o nascimento ou ressurgimento de costumes e artesanato locais, promovidos pelo interesse dos turistas em conhecerem e se aprofundarem na cultura local (LEIPER, 1995 apud COSTA, 2009).

Como impacto positivo, pode-se olhar pela ótica de que com o desenvolvimento do turismo em uma região, a chegada dos turistas procurando por vivências culturais referentes a herança deixada pelos antepassados, língua nativa, práticas religiosas, arte e estilos de vida tradicionais, valores e comportamentos da população local, podem acabar revivendo expressões culturais esquecidas, ou deixadas de lado com o passar do tempo. E pelo visitante ter esta aproximação com o novo, com o que é diferente à sua cultura de origem, aquilo que foge à sua rotina, e até mesmo ao seu campo de visão antes limitado e agora dilatado pelas novas experiências adquiridas, pode promover maior conhecimento sobre a cultura do outro, gerando dentro de si



uma maior tolerância sobre outros povos e costumes (SWARBROOKE, 2000 in BEM, 2014).

Por fim, trata-se então dos impactos ambientais, observando o território geográfico onde o turismo ocorre. Nesta categoria são abrangidos tanto os ambientes naturais, quanto os construídos devido a necessidade.

Destaca-se o fato que, durante muito tempo, a atividade turística foi considerada uma atividade econômica limpa, de baixa poluição e geradora de um amplo leque de oportunidades. Ao longo do tempo, pôde-se observar que tal teoria foi sendo contrariada com as experiências que puderam ser vislumbradas a partir do desenvolvimento da atividade. Em alguns casos, notou-se o turismo causando impactos negativos como, o crescimento desordenado, degradação ambiental, ocasionando a especulação imobiliária que por muitas vezes promoveu a ocupação desordenada de alguns locais (favelização), a exclusão socioeconômica da população nativa que, por muitas vezes, marginalizadas tiveram que recorrer a prostituição e ao tráfico de drogas, o que promoveu o aumento dos índices de criminalidade da região (DIAS, 2003 in OLIVEIRA, 2007).

Como o turismo é uma atividade segmentada, talvez o segmento que mais tenha interferência significativa com os impactos negativos sobre a dimensão ambiental seja o “turismo de natureza”, ou “turismo ecológico”. Pois este, mais do que em outros segmentos, depende significativamente da potencialidade ambiental para o seu desenvolvimento e estabelecimento como segmento em uma região. Logo, Ruschmann (1993, p.61) cita os impactos negativos que podem ser ocasionados sobre os ambientes naturais:

- a) Acúmulo de lixo nas margens dos caminhos e das trilhas, nas praias, montanhas, rios e lagos;
- b) Uso de sabonetes e detergentes pelos turistas, que contaminam as águas dos rios e lagos, comprometendo a sua pureza e a vida dos peixes e da vegetação aquática.
- c) Contaminação das fontes e mananciais de água doce do mar, perto dos alojamentos, provocado pelo lançamento de esgoto e lixo in natura nos rios e oceanos;
- d) Alteração da temperatura das cavernas e grutas, e o aparecimento de fungos nas rochas, causados pelo sistema de iluminação;

- e) Coleta e destruição da vegetação nas margens das trilhas e nos caminhos da floresta;
- f) Erosão de encostas devido ao mau uso e falta de drenagem nas trilhas;
- g) Os turistas alimentam os animais mais dóceis com produtos com conservantes que, constituindo uma dieta estranha ao habitual, provocam doenças e até a sua morte;
- h) O lixo e abandono de restos de comida ao ar livre, que atraem insetos e provocam mau cheiro;
- i) Incêndio, nas áreas mais secas, provocado por fogueiras ou faíscas de isqueiros, fósforos ou cigarros;
- j) Descaracterização da paisagem pela construção de equipamentos cuja a arquitetura, material e estilo contrastam com o meio natural.

Entre os impactos positivos, volta-se o olhar daquilo que é necessário para o turismo acontecer a depender da sua segmentação, como por exemplo, a revitalização de lugares históricos que se encontram abandonados, como também, o interesse em proteger áreas naturais para um possível uso pela atividade turística. Inclui-se, também, benefícios positivos voltados para obras de infraestrutura turística que também podem servir para o uso da população local, bem como a instalação de equipamentos para a coleta e destinação correta de resíduos sólidos, contando também com a realização de obras voltadas para o saneamento básico que geram repercussão positiva na saúde pública daquela população (LEIPER, 1995).

Outro impacto positivo, pode-se mencionar a criação de áreas de proteção, como: Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Reserva Extrativista (RESEX), parques nacionais, áreas de proteção integral/uso sustentável, entre outras. Atualmente no Brasil são geridas pelo ICMBio. Destacam-se iniciativas para preservação ou conservação do meio ambiente que, por vezes, não partem do poder público, mas também de programas, projetos e entidades oriundos da iniciativa privada, ou da sociedade civil organizada, como ONG's. O maior exemplo destes, contudo sendo criado pelo ICMBio em 1980, e hoje reconhecido internacionalmente pelo sucesso obtido, é o "Projeto Tamar", com o objetivo de conservação da vida marinha, servindo até mesmo de modelo para outros países (RUSCHMANN, 1993).

Olhando pela perspectiva econômica, o turismo é uma atividade que desloca milhões de pessoas de um lugar para o outro, e que conseqüentemente acaba gerando diversos impactos, sendo eles econômicos, socioculturais e até mesmo socioambientais nas comunidades receptoras do turismo. Percebe-se que a participação desta comunidade, de setores e atores sociais, é essencial na busca por um melhor êxito nos processos decisórios que foram acordados em conjunto com os mesmos. Tendo como resultado o fortalecimento da identidade local, por meio de um planejamento bem estruturado, podendo assim converter-se em uma importante ferramenta para se alcançar práticas sustentáveis no desenvolvimento do turismo local (DIAS, 2003).

## **2.2 Desenvolvimento sustentável e turismo**

No decorrer do século XX, o conceito de desenvolvimento estava associado unicamente a uma questão quantitativa que prezava pelo crescimento econômico, traduzindo-se nas noções de progresso e modernidade. O foco estava unicamente na produção, tanto de bens quanto de serviços, para suprimir as necessidades definidas dentro de uma economia planificada. O resultado desse desenvolvimento pode ser visto em uma progressão muito rápida da produção a um nível mundial, ao mesmo tempo em que provocou o surgimento de um abismo ainda maior entre os mais ricos e os menos favorecidos economicamente. As conseqüências geradas se refletiram em situações de miséria física e social profundas para aqueles que não foram beneficiados com tal modelo de desenvolvimento. Este modelo ficou conhecido então por desconsiderar efeitos de curto ou longo prazo, do “progresso” sobre o meio ambiente (RAYNAUT, 2004).

Em contraponto a esta visão de crescimento, surge, entre outros conceitos e entendimentos, a noção do sustentável. O foco até o momento pautado na aquisição de divisas via meios de produção, se modifica para abrigar outros temas de interesse. Estes, passaram a conciliar preocupações referentes às relações sociais, integrando objetivos de equidade e de justiça, além de preocupações voltadas para a conservação e preservação, na busca pelo equilíbrio dos meios naturais (SACHS, 2004; RAYNAUT, 2004). Surge, então, o desenvolvimento sustentável.

A popularização do conceito de desenvolvimento sustentável se deu por meio do relatório “Relatório Brundtland” ou “Nosso Futuro Comum (Our Common Future)”, publicado em 1987, pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Neste, esteve presente a seguinte definição de desenvolvimento sustentável: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. (BURSZTYN, 2013 p.174).

A noção por trás de tal conceito é relativa. Ela tende a ocorrer em variações sobre quem a utiliza e onde se situa, no tempo e no espaço. Tal conceito promove a busca por soluções triplamente vencedoras, eliminando assim a busca pelo crescimento selvagem obtido por meio de grandes impactos negativos que tange tanto a dimensão social, quanto a ambiental. Outras estratégias de curto prazo podem ocasionar um crescimento ambientalmente positivo e socialmente negativo, e vice-versa. Entretanto, apesar das diversas interpretações sobre tal conceito, chega-se a uma máxima que é a busca por um novo equilíbrio nos sistemas que se referem as dimensões ambientais e sociais e na relação entre os dois (SACHS, 2004; RAYNAUT, 2004).

As questões inerentes a este entendimento foram alvo durante a Conferência das Nações Unidas, realizada no Rio de Janeiro em 1992, um importante espaço de debate sobre temas como meio ambiente e desenvolvimento. Sua realização teve como foco a produção, ao final do evento, da Declaração da RIO 92, cujos interesses e propostas debatidos se voltaram para a criação de uma agenda global, a Agenda 21 (BURSZTYN, 2013).

Tal agenda foi criada com o intuito de se tornar um programa para ações de um desenvolvimento sustentável global que, por consequência, conceberia o conceito de sustentabilidade como uma definição política formal. Neste conceito estava presente o fato de não considerar apenas o aspecto ambiental, mas os aspectos social e econômico também (BURSZTYN, 2013).

Anos mais tarde, em uma nova Conferência, agora da cúpula de Copenhague e no Tratado de Amsterdã, a União Europeia formulou um modelo, conhecido como

“O modelo de sustentabilidade de três pilares”. Este veio a ser considerado um complemento às ideias formuladas na Conferência das Nações Unidas em 1992.

Tal modelo declara que a sustentabilidade tem por objetivo muito mais que deixar uma herança ambiental saudável para as próximas gerações, ao estabelecer que busca trabalhar o lado social e econômico, a democracia e a resolução de conflitos por meios pacíficos. Assim, sua concepção trazia aspectos que se fundamentam em três pilares - a prudência ambiental, a viabilidade econômica e a equidade social, e deixava claro que para o seu funcionamento era necessário que tais pilares estivessem em pleno funcionamento. Pois, caso um não estivesse, tudo o que havia sido construído tenderia a desmoronar (BADER, 2012).

Ao abordar cada um desses pilares em sua particularidade, percebe-se que o que corresponde ao aspecto ambiental, ou também chamado de “prudência ambiental”, é o respeito ao meio ambiente e o valor dado ao capital natural existente nele. Para isso, é necessário que se tenha o entendimento claro do conceito de riqueza natural juntamente com a ideia de que não basta apenas contar o número de árvores existentes em uma floresta para se avaliar o seu capital natural. Precisa-se avaliar entre outros aspectos “a riqueza natural que sustenta o ecossistema da floresta”, considerando então a fauna, a flora, e os produtos que podem ser extraídos para uma possível comercialização e uso dos atrativos existentes, como exemplo. (ELKINGTON, 2001 apud ESTENDER & PITTA, 2008).

O pilar ambiental da sustentabilidade chama atenção para as organizações e até mesmo as próprias atividades econômicas, nas quais o turismo está incluído, buscando identificar os impactos causados sobre o capital natural. Logo, avaliar se esses fatores estão buscando ser amenizados pelo desejo de serem mais sustentáveis, se o nível de estresse causado a natureza está buscando ser sustentável e por fim, a avaliação do quão estão sendo significativos tais impactos sobre a natureza (ELKINGTON, 2001 apud ESTENDER & PITTA, 2008).

Por outro lado, o pilar econômico da sustentabilidade ou “viabilidade econômica”, diz respeito ao desenvolvimento econômico sustentável de organizações e das atividades. A ideia é entender se elas conseguem se sustentar sozinhas durante

um longo período, sem a necessidade da interferência por meio de injeção de capital oriundo do poder público ou de investidores externos. (ELKINGTON, 2001 apud ESTENDER & PITTA, 2008; SACHS, 2004).

Por fim, o terceiro pilar, o social ou da “equidade social”. Este, visto a partir do conceito de “capital social”, diz respeito a um trabalho que pode ser realizado em grupo, por pessoas que tem um objetivo em comum. Busca como ferramenta a cooperação interpessoal que permita ao indivíduo, ou ao grupo ao qual ele pertence, criar uma rede de confiança que possa ser valorada como um capital, e essa então fugisse de uma relação com fins puramente econômicos. Porém, que possibilite, caso seja necessário, o uso desta rede para fins econômicos como a acumulação e a reprodução social. O pilar social se faz necessário para complemento deste modelo dos pilares, devido a dois motivos, tanto o intrínseco quanto o instrumental. Isso devido a uma perspectiva de disfunção social, que ameaça atingir diversos lugares que se encontram com problemas ao redor do mundo (FUKUYAMA 1995 Apud ESTENDER & PITTA, 2008; BOURDIEU, 1980 Apud ESTENDER & PITTA, 2008; SACHS, 2004).

O último pilar abordado, social, possui tamanha importância no processo de planejamento e desenvolvimento do turismo, pois não é raro se observar o tema “participação social” estando no cerne da discussão por aqueles que defendem a viabilidade do desenvolvimento do turismo por bases sustentáveis, abordagem que frequentemente se apresenta em projetos propostos, tanto pelo poder público, quanto por organizações do terceiro setor (IRVING, 2015).

Tal discussão se torna importante devido às expectativas criadas pelo poder público, organizações do terceiro setor, iniciativa privada e população local, de que o turismo, a partir do seu desenvolvimento em determinada localidade, leve a resultados como a geração de emprego e renda, com a esperança de que a atividade turística seja uma fonte que minimize uma face excludente e predatória a qual estão inseridos problemas como os riscos de degradação do patrimônio ambiental e cultural, a descaracterização da cultura local, a concentração de renda que promove a exclusão social, entre outros problemas inseridos dentro deste mesmo aspecto (IRVING, 2015).

Apesar de tal debate ser reconhecido, poucos são os projetos desenvolvidos pelo poder público, ou até mesmo por organizações do terceiro setor, que geram resultados efetivos em direção a solucionar os problemas anteriormente abordados. No cenário atual pode ser que se encontrem projetos com potencial inovador e que trazem experiências interessantes, mas é comum identificar projetos com uma face excludente sendo desenvolvidos. Cenário um tanto preocupante para aqueles que estão engajados em levar adiante a ideia de difusão do turismo, como uma via possível para a inclusão social (IRVING, 2015).

Tendo tal realidade em vista, torna-se favorável a garantia de um processo qualificado de participação social dentro dos processos do planejamento e de desenvolvimento do turismo, para que, de alguma forma, possam ser minimizados os efeitos de exclusão social em uma perspectiva de médio e longo prazo (IRVING, 2015).

Apenas por meio de um processo de planejamento qualificado no turismo, as populações atingidas têm a possibilidade de fazerem uma reflexão crítica sobre as possíveis intervenções e riscos, no que tange seus valores, seus modos de vida, sua base cultural e sua identidade, pois são estes aspectos que compõem a complexidade das dinâmicas socioambientais locais. Dificilmente se encontram questionamentos dentro de processos turísticos a respeito das peculiaridades locais. Tudo isso para evitar aquilo que é comum de se verificar em projetos turísticos, tentativas veladas de alguns grupos do trade turístico, que passam para a população uma ideia simplista e descontextualizada, daquela que se apresenta como a única alternativa para solucionar problemas com as desigualdades sociais (IRVING, 2015).

Dentro de um planejamento turístico qualificado, se preconiza estar presente aqueles atores sociais que se interessam e necessitam atuar para defenderem os seus interesses em meio ao processo. São os chamados stakeholders. Tal expressão, oriunda da língua inglesa, designa todos aqueles atores que possuem algum interesse nas decisões em questão e, com isso, participam ativamente do processo e essa participação que parte da sociedade civil pode, em termos amplos, ser vista como algo que advém de uma construção que se baseia na liberdade de associação e de expressão, bem como capacidades de mobilização (BURSZTYN, 2013).

Para que tal planejamento tenha efetividade, o conceito que tem sido utilizado em discursos, relatórios e na formulação de políticas é a “governança”. O conceito de governança traduz-se pela participação em uma gestão descentralizada que envolve entes como empresas, ONGs, moradores locais, turistas e órgãos do governo de diversas escalas. Estes atores se unem e interagem conforme a realidade da localidade e discutem assuntos que julgam como prioritários, sendo eles convergentes ou divergentes (COSTA, 2013).

Utilizado quando se trata de sustentabilidade, governança se refere a coordenação de esforços para uma boa gestão de bens de uso comum que, por sua vez, possui duas características para ser identificado: possibilidade de subtração das unidades de recurso e a dificuldade de exclusão dos usuários (COSTA, 2013).

Alguns aspectos importantes para a compreensão do conceito de governança, são expostos por Costa (2013, p. 85):

- a. A noção de regras do jogo estabelecidas e compartilhadas em que são contidas prescrições que proíbem, permitem, punem, pedem ações;
- b. A existência de mecanismos de coordenação autorregulados que aumentam a previsibilidade de ações e resultados;
- c. A importância de elementos como participação social, transparência, responsabilidades e prevalência de leis e estabilidade.

O conceito de desenvolvimento que este trabalho pretende levar adiante é diferente do conceito de crescimento econômico puro e simples. Pretende-se aqui reaproximar dimensões como a econômica, ética e política. Traduz-se pela forma de ir mais além do que a mera multiplicação de riqueza material. Isso implica justamente na expiação e reparação das desigualdades criadas no passado. Assim, promovendo uma conexão capaz de cobrir o abismo criado entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as antigas minorias ricas e as maiorias menos favorecidas economicamente (SACHS, 2004).

Com isso compreende-se que o desenvolvimento sustentável está presente em diversos âmbitos da sociedade e no turismo não poderia ser diferente. A forma como estes aspectos podem ser aplicados por meio de um planejamento consciente e



levando em conta o aspecto socioambiental, é tornando-o participativo, como será abordado no capítulo a seguir.

### **2.3 Planejamento Participativo**

A relação existente entre a humanidade e o meio ambiente envolve questões como a alteração de ciclos naturais ocorridos no meio ambiente, provocando também a exaustão de recursos naturais, ocasionando o comprometimento das condições de vida no planeta. Para tal situação, ações regulatórias que levem em conta toda a complexidade dos temas podem ser implantadas, incluindo a questão da temporalidade e da territorialidade que, por muitas vezes, pode acabar por ultrapassar fronteiras políticas de um determinado Estado. Tendo em vista tais aspectos, esses deixam em evidência a necessidade de ações coordenadas sistemáticas, ou seja, um planejamento (BURSZTYN, 2013).

O planejamento é a definição de “um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização” (PETROCCHI, 1998, p. 19). Planejamento pode ser visto então como algo que prepara um curso de ações para o futuro, um conjunto de decisões que podem não depender uma das outras. Um processo continuado que procura atingir um estado futuro desejado, e somente ocorrerá caso determinadas ações forem de fato executadas.

Pode ser entendido também como uma atitude que antecede a tomada de decisão. Por meio do planejamento, há um esforço para se ter uma visão de um futuro próximo ou distante. Espera-se também que por meio dele haja uma certa contribuição para que tarefas e objetivos traçados sejam cumpridos de maneira facilitada, seja por pessoas ou por organizações. Dentro de seu processo há o ordenamento de ações para identificar quais são as prioridades, com a permissão do mapeamento de dificuldades e de obstáculos que podem ocorrer pelo caminho, para que se possa escolher alternativas para o cumprimento do que foi estabelecido anteriormente, e tudo isso de forma prévia (PETROCCHI, 1998).

Todavia, para que o cenário desejado pelo planejamento seja alcançado, o delineamento necessita conter em seu processo três características fundamentais explicadas a seguir: eficácia, eficiência e efetividade. Eficaz, no sentido de realmente

atingir os resultados esperados. Eficiente, para buscar a forma mais racional de uso dos recursos disponíveis. E efetivo, à medida que se atinge os resultados definidos, buscando cumprir também com os objetivos maiores que anteriormente foram definidos (BURSZTYN, 2013).

Para que o planejamento seja efetuado é importante se ter a ideia de adequação dos meios ao objetivo que foi enunciado. As adequações se referem às mutações que a realidade pode sofrer, no qual o delineamento está inserido. Quando pretende-se planejar ações a serem derivadas de qualquer agrupamento humano, é importante que se compreenda toda a complexidade que nelas pode estar inserida, e compreender que o planejamento, principalmente quando abordado por uma perspectiva governamental, precisa corresponder às expectativas de grande parte da sociedade (DIAS, 2008).

Se tratando de eficácia, o planejamento tem que buscar ser um processo dinâmico, e que ao longo do caminho seja flexível, ao ponto de ser capaz de incorporar o mais próximo possível, a complexa realidade que se pretende modificar a partir de suas ações, a medida que forem sendo executadas (DIAS, 2008).

O processo de planejamento é importante para diversas atividades e no turismo não é diferente, se fazendo importante e necessário. O turismo demanda por planejamento por diversos motivos, dentre eles, a delimitação de territórios a serem protegidos e serem utilizados pela atividade, buscando tanto atender as necessidades da demanda, quanto a garantia de um desenvolvimento do turismo sustentável (DIAS, 2008; HALL, 2001 in DIAS, 2008).

Tal processo se faz necessário para que não haja a dispersão desnecessária de esforços e de investimentos, atuações contraditórias e diversas por meio do poder público e de suas esferas (federal, estadual e municipal). Planejamento no turismo também tem a capacidade de minimizar impactos potencialmente negativos, bem como maximizar impactos positivos, como o retorno econômico nos destinos, para que, desta forma, possa promover um resultado mais positivo para a comunidade hospedeira em relação a atividade turística em longo prazo (DIAS, 2008; HALL, 2001 in DIAS, 2008).

Muitos elementos do planejamento servem para orientá-lo, mediante cada situação no qual esse será aplicado, como o período com o qual ele levará para alcançar suas metas, a abrangência da escala territorial, econômica, administrativa e

intencional podendo ser dividida em até três níveis, sendo o seu maior o estratégico. Tais aspectos são descritos por Petrocchi (1998, p. 24) no quadro a seguir:

ASPECTOS	CLASSIFICAÇÃO	SUBCLASSIFICAÇÃO
Temporal	Curto prazo Médio prazo Longo prazo	-
Geográfico	Mundial, continental Nacional, estadual, multirregional Regional, microrregional	Rural Urbano
Econômico	Macroeconômico Microeconômico	-
Administrativo	Público (normativo) Privado (indicativo)	Centralizado Descentralizado
Intencional	Estratégico Tático Operacional	
Agregativo	Global Setorial Local	

**Quadro 1: Aspectos do Planejamento**

**Fonte:** Petrocchi, 1998.

A partir destes aspectos possibilita-se formular e adequar melhor um planejamento para uma determinada situação. Para cada situação utiliza-se um modelo que melhor se adequa aquela realidade, divididos em três: tático ou operacional e estratégico. Para facilitar a sua distinção quanto aos tipos e características, são apresentados, a seguir, os Quadros 2 e 3:

Tipos de planejamento		
Características	Tático ou operacional	Estratégico
Temporais	Curto prazo	Longo prazo
Flexibilidade para alterações	Alterações mais fáceis	Alterações difíceis
Incidência de atividades	Pequeno número de atividades	Grande número de atividades
Ambiência	Ambiente interno	Ambiente externo

**Quadro 2: Tipos de planejamento**

**Fonte:** Fischmann, 1979

Características do planejamento			
Tipos de planejamento	Abrangência	Exposição do tempo	Nível de decisão
Estratégico	Organização como um todo	Longo prazo	Alta administração
Tático	Departamento ou setor	Médio prazo	Média gerência
Operacional	Tarefa ou operação	Curto prazo	Supervisão

**Quadro 3: Características do planejamento**

**Fonte:** Chiavenato, 1987

O entendimento de planejamento pode ser atrelado a ideia de ferramenta que busca solucionar problemas de uma determinada realidade, pois auxilia no desenvolvimento ao facilitar o surgimento de soluções criativas, e que podem ser melhor adequadas à realidade. A partir do planejamento participativo diminui-se a chance de serem elaborados projetos que sejam distantes da realidade que se pretende trabalhar. A participação pode ser vista como a necessidade que o homem tem de autoafirmação, de sentir-se útil a partir da criação, realização e contribuição com algo do qual ele fez parte no processo de elaboração (BROSE, 2001).

Um processo de caráter participativo auxilia na mudança de comportamento dos indivíduos, pois passam a ser parte integrante do processo e não somente objeto de trabalho de terceiros. Participar de um processo vai muito além de estar presente. Tal caráter é compreendido como tomar parte do processo a partir de atos, como a missão de expor opiniões, concordando/discordando de algo (BROSE, 2001).

É indispensável no processo de planejamento que se tenha a compreensão do respeito às ideias e à contribuição de todos. Importante também que seja levado em conta o caráter permanente da participação para que ocorra durante todas as etapas. Deverá haver posturas e atitudes adequadas que busquem promover transparência e acesso a todas as informações (BROSE, 2001).

Aliando o aspecto participativo ao processo de planejamento, concebe-se que as tomadas de decisão passam a ter o envolvimento de atores sociais que estão diretamente interessados e empenhados em buscar melhorias para o futuro da localidade (BUARQUE, 2008).

Planejamento participativo se trata, então, de implementar e de assegurar um processo construído de decisões compartilhadas que se referem às ações necessárias e adequadas buscadas para o desenvolvimento local. Envolve em seu processo diversos segmentos da sociedade passando por todas as etapas, desde o entendimento e compreensão da realidade, até a definição e a execução da implementação de ações que se fazem necessárias para o desenvolvimento (BUARQUE, 2008).

Dentre vários outros benefícios gerados pelo planejamento participativo, pode-se mencionar: o aumento do processo de conhecimento e de aprendizagem da sociedade civil local; o comprometimento dos atores por estarem com o sentimento de co-responsabilização social; a facilitação de iniciativas necessárias ao desenvolvimento e parte ativa nas ações (BUARQUE, 2008).

O processo de planejamento participativo é capaz de ampliar e democratizar espaços. Tais espaços são utilizados para negociação pela sociedade, o que pode acabar provendo o envolvimento de diversos atores sociais, ocasionando um confronto organizado e civilizado de visões e de interesses diversificados. Além de contribuir para um processo de democratização da sociedade, por meio da reconstrução do poder local, não mais centralizado, contribuindo para a expansão do jogo político, com a presença de segmentos sociais, antes afastados das tomadas de decisão e escolhas (MATOS MACEDO, 1997 apud BUARQUE, 2008).

Ressalta-se que além de atores da sociedade civil envolvidos nesse processo, há instituições envolvidas que promovem relações multivariadas, fortalecendo uma rede de parcerias, alternando formas tradicionais em que se priorizava sistemas hierarquizados e centralizados de gestão (MATOS MACEDO, 1997 apud BUARQUE, 2008).

As críticas começam a surgir ao se avaliar as formas como a participação se dará ao longo do processo. O conceito de participação tem ligação direta com o conceito de cidadania, à medida que esse último se refere à condição de um indivíduo portador de direitos. Não há direito maior do que o indivíduo deter o poder em mãos de decidir o seu próprio futuro. Para que a cidadania seja efetiva, a participação deve estar acompanhada de uma boa administração pública, que tenha como prioridade o bem-estar da comunidade, que promova programas e projetos voltados a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da localidade (DIAS, 2008).

Um dado novo e importante da participação, que vem chamando a atenção nos últimos anos, é o que advém de organizações não governamentais (ONGs). Essas vêm constituindo cidadania, atuando nas diversas escalas geográficas, seja ela local, nacional ou global. Ressalta-se a capacidade que as ONGs possuem de serem parceiras, ou então de serem adversárias no processo de planejamento (BURSZTYN, 2013).

É comum na gestão tradicional que decisões sejam tomadas com o objetivo de atender interesses ou de quem possui poder econômico ou de quem possui poder político. O conceito de governança ajuda a entender como isso pode ocorrer. Dentro dos cinco tipos de significados que Rhodes (1996) propõe, o que é abordado aqui volta-se ao de âmbito político. Segundo o autor, o conceito de governança já explicado anteriormente, é utilizado para qualificar uma forma moderada entre a gestão do poder público e o envolvimento de atores não governamentais. Governança pode ser entendida, como exposto por Bursztyn (2013, p. 159), como um:

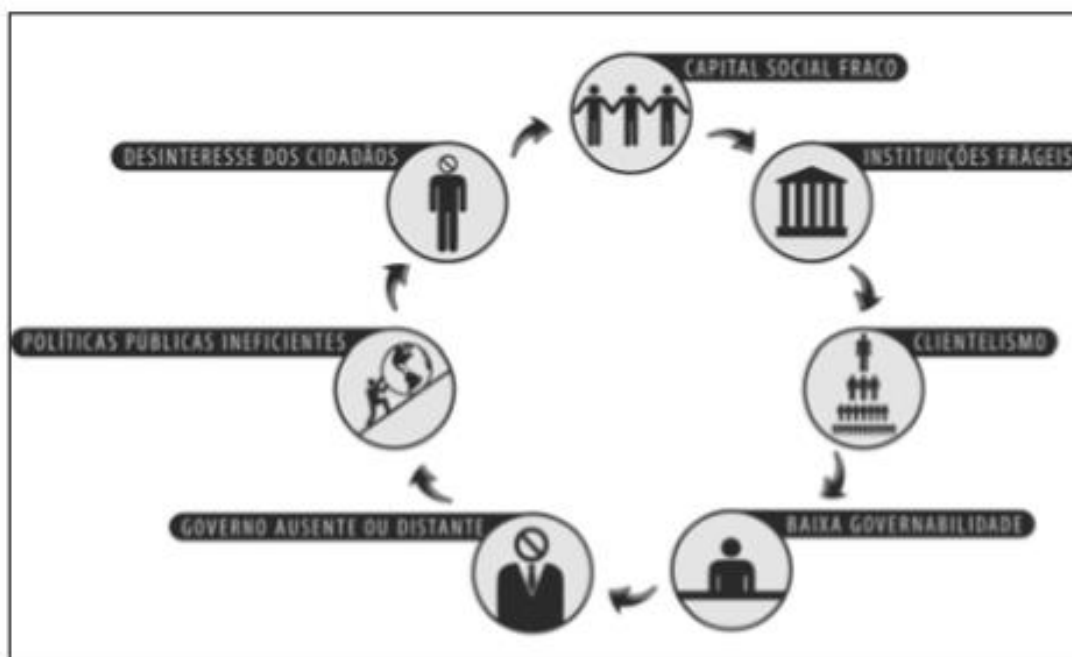
(...) conjunto das várias formas segundo as quais os indivíduos e instituições, públicas e privadas, gerenciam seus assuntos comuns. É um processo contínuo, pelo qual interesses conflitantes ou diversos podem ser acomodados e a ação cooperativa pode ser efetivada. Inclui instituições formais e regimes com poderes para fazer cumprir, bem como arranjos informais que as pessoas e instituições tenham acordado ou entendam ser de seu interesse." (COMMISSION on GLOBAL GOVERNANCE, 1995, p. 159)

O poder público normalmente se caracteriza como um ator crucial para que haja governança. Entretanto, para que haja o envolvimento de outras forças da sociedade neste processo são necessárias condições políticas para que isso ocorra, dentro de um quadro em que não haja interesses com prioridades sobre outros, definidos de forma injusta ou pactuada (BURSZTYN, 2013).

O tratamento do conceito de governança perpassa pela qualificação de sua efetivação. Surge, então, a perspectiva da “boa governança”, com grande difusão principalmente no meio acadêmico. Essa boa governança possui critérios próprios para determinar se cumpre com seus objetivos. Tais critérios envolvem, dentre outras coisas, inclusão e responsabilização, que podem ser aplicados em três etapas (GRINDLE, 2007 in BURSZTYN, 2013, p. 161):

- seleção, responsabilização e substituição de autoridades (participação, estabilidade e falta de violência);
- eficiência das instituições, regulamentações, gestão de recursos (marco regulatório e efetividade do governo);
- respeito às instituições, leis e interações dos atores na sociedade civil, na economia e na política (controle da corrupção, efetividade das leis).

Devido aos vícios de implementação, que podem acabar por mascarar o entendimento da boa governança, surge uma segunda perspectiva, a “governança viciosa”. Trata-se de um instrumento que, apesar de formalmente escrito em ações de interesse público e levando atributos da boa governança, na prática é carregada de desvirtuamentos. A governança viciosa possui uma tendência a se reproduzir em um ciclo vicioso, e esse ciclo só pode ser quebrado caso elos dessa cadeia sejam revertidos, como são mostrados da figura a seguir:



**Figura 8: O ciclo da governança viciosa**

**Fonte:** Bursztyn, 2013, p. 165.

Dentro do ciclo abordado no quadro encontra-se um cenário de situações que vão acontecendo em cadeia tendo o seu início a partir do capital social fraco, pois muitas vezes a sociedade civil não consegue unir forças e traçar objetivos em comum. A partir disso, as instituições compostas por estes indivíduos acabam se tornando frágeis e sem voz no meio em que estão situadas. Toda esta situação ocasiona um sistema de clientelismo e concentração do poder, produzindo desta forma um governo ausente, que não se preocupa tanto com a situação da sociedade, que governa a partir de políticas públicas ineficientes que não alteram a forma de vida do seu público alvo e assim causando desinteresse do cidadão, que desmotivado não busca meios para melhorar a qualidade de vida do grupo por meio do compartilhamento do poder ocasionado pela boa governança.

A escala local da governança (re)surge impulsionada pela globalização, que é alimentada a partir das especificidades locais e mostra um novo caminho onde possa ser desenvolvida a partir da utilização de suas potencialidades e identidades (BROSE,



2001). O desenvolvimento local mostrado por essa trajetória da utilização, tratado por Buarque (2008, p. 25), pode ser entendido como:

(...) um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesmo das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz econômica e cultural da localidade.

O desenvolvimento local pode ser visto como o resultado de diversas ações convergentes e complementares que se mostram capazes de quebrar fatores como a dependência, a inércia do subdesenvolvimento e o atraso que, por vezes, ocorre nas regiões periféricas da cidade. Propõe uma mudança social em todo território.

Essa percepção de desenvolvimento local demanda alterações institucionais que visem o aumento da governabilidade e da governança correspondente as instituições do poder público local, promovendo uma relativa autonomia das finanças públicas capaz de ocorrer uma acumulação de excedentes para investimentos estratégicos futuros para a localidade, e então a partir da interação e da sinergia de aspectos como qualidade de vida da população local (observado a partir da diminuição da pobreza e geração de riqueza), eficiência econômica (agregação de valor na cadeia produtiva) e uma gestão pública eficiente, se pode resultar em um desenvolvimento local sustentável (BUARQUE, 2008).

A atividade turística não pode ser tratada como um componente do modelo local de desenvolvimento, pois essa se mostra como uma atividade de inter-relações capaz de influenciar e ser influenciada por diversos setores e segmentos que fazem parte da estrutura administrativa local. Logo, fica evidente a complexidade atrelada ao desenvolvimento do turismo, devido às suas peculiaridades (DIAS, 2008).

Ao buscar evitar o planejamento turístico em sua complexidade, corre-se o risco de se colocar à margem da história do desenvolvimento em um contexto geral, pois não se terá a compreensão das mudanças do processo produtivo e do papel dos serviços propriamente dito (DIAS, 2008).

Quando há deslocamento de indivíduos, seja de forma doméstica ou internacional, o fato é que esta viagem irá causar impactos. Se tais impactos serão absorvidos de forma positiva ou não, dependerá do planejamento que foi elaborado sobre a região que irá receber tais visitantes. Conta-se então, se ele foi feito de maneira correta ao ponto de manter a qualidade local, mesmo com tais interferências culturais que são naturais causadas pelo deslocamento de tais indivíduos (DIAS, 2008).

Planejamento local é um processo de decisão que é tecnicamente fundamentado e politicamente sustentado às ações que são necessárias para adequação e promoção ao desenvolvimento em pequenas unidades político-administrativas. Como um processo social, o planejamento local deve contribuir para um projeto da comunidade local, envolvendo diversos atores por meio de um modo de organização de ações convergentes dos agentes envolvidos, para o alcance de um objetivo em comum: a transformação da realidade atual para um futuro desejado (BUARQUE, 2008).

Pode ser que se faça necessário primeiro planejar para então, só depois encontrar subsídios que permitam enfrentar os problemas que aparecerem e, ao contrário do que possa ser usualmente realizado e também devido aos problemas que vão aparecendo e tendo que ser resolvidos de forma imediata, provavelmente ocorra que o município não resolva tais subsídios para posteriormente pensar em planejar, mas sim, que seja realizado o processo inverso. (BUARQUE, 2008).

A maneira de aplicação do planejamento em um município pode ocorrer de várias formas, entre as principais destaca-se a política pública, a específica como uma política municipal de turismo ou um plano municipal de turismo, como serão abordadas a diante (BURSZTYN, 2013).

A forma política refere-se aos espaços coletivos e os modos de regulação das relações encontradas em tais contextos. Está ligada à administração da sociedade, de espaços coletivos e de comunidades. Já as políticas públicas se configuram como um conceito mais atual, associado ao Estado moderno, onde o poder público é entendido como aquele que possui a responsabilidade de fazer com que as tomadas de decisão tenham ligação com os princípios de democracia (BURSZTYN, 2013).

Políticas públicas estão associadas ao processo de tomadas de decisão que envolve os governos, com tudo que possui interesses públicos. Cada vez mais os modos de gestão governamental estão sendo influenciados para a inclusão nos

processos decisórios públicos, de mecanismos que promovem a participação de grupos da sociedade civil, e que representam os interesses da coletividade. Altera-se a noção e percebe-se um avanço de governo para a governança (BURSZTYN, 2013).

Partindo para um contexto prático de aplicação de tal conhecimento, certos elementos se fazem fundamentais e os mesmo servirão de instrumento para a estruturação de um planejamento que leve o desenvolvimento do turismo sustentável a um nível municipal/local. Estes então descritos por Dias (2008 p.147-150):

1. É necessário identificar o modelo turístico que pode ser desenvolvido no município, tendo como premissa a sustentabilidade. Para se obter uma definição de qual seja o modelo adequado, podem-se adotar alguns critérios que contribuirão para sua identificação, entre os quais:
  - A avaliação dos recursos turísticos no município;
  - Análise das condições de oferta atual;
  - Identificação dos mercados emissores que interessam;
  - Avaliação das condições de um crescimento equilibrado na exploração dos atrativos.
2. Devem-se considerar a urbanização e o grau de organização do território. Há a necessidade de se respeitar a identidade cultural propiciada pela organização territorial histórica – o patrimônio, a paisagem urbana. Há a necessidade de integração dos traços tradicionais da proposta de organização turística.
3. A gestão do turismo na escala local, deve ser entendida no sentido amplo, de compartilhamento de responsabilidades entre o setor público e o setor privado, com a participação ativa do terceiro setor. O fundamento dessa integração deve ser a articulação dos negócios privados com o bem-estar da comunidade local e a sustentabilidade dos recursos.
4. A necessidade de se criar uma “cultura turística”, na comunidade local, ou seja, provocar o envolvimento das pessoas com o turismo como fonte de oportunidades para o município.

5. Uma política de turismo deve vincular a promoção e a comercialização do produto com a qualidade do que é oferecido.

Portanto, ao longo do capítulo pode-se perceber que o turismo pode ser enxergado além de uma atividade econômica, mas sim um fenômeno social complexo, que busca compreender o indivíduo em sua particularidade. Buscou-se também a compreensão de quando a atividade é praticada, se faz necessário de um plano de fundo sustentável levando em conta os diversos pilares que auxiliam nesta compressão. E tudo isso ocorrendo de forma planejada e participativa, buscando desta maneira o alcance dos objetivos em comum pautados pela governança.

No capítulo a seguir configura-se a forma como esta pesquisa foi planejada e executada em campo a partir do estudo dos conceitos abordados neste capítulo como turismo, desenvolvimento sustentável e planejamento.

## **CAPÍTULO 3: METODOLOGIA**

Neste capítulo é apresentada a metodologia definida para o desenvolvimento da pesquisa, dividida em três momentos (pré-campo, campo e pós campo), contendo em detalhes as informações e as etapas perpassadas na construção do trabalho.

### **3.1 Pré-campo**

Durante a etapa “pré-campo” foi realizado o levantamento bibliográfico e documental para constituição das bases teóricas - estado da arte - deste trabalho, a respeito de temas principais (turismo, desenvolvimento sustentável e planejamento participativo) e secundários (participação, capital social, percepção, governança e planejamento).

Foram utilizadas como referências principais os trabalhos publicados por autores como BENI 1999, MOESCH 2004, CORIOLANO 2003; 2006, COSTA 2009, DIAS 2008, RUSCHMANN 2004, BROSE 2001, entre outros. Para isso, foram consultadas publicações de livros e artigos oriundos de bases de dados como Google Acadêmico e Periódicos da Capes. Foram realizadas, ainda, pesquisas de caráter socioeconômico, socioambiental, cultural e territorial da região abordada por este trabalho, em sites oficiais como do IBGE, do Sistema Firjan e da Prefeitura Municipal de Mambáí.

Durante esta etapa foram elaborados os instrumentos de pesquisa em forma de roteiros para a realização das entrevistas semiestruturadas, método definido que mais se adequava aos propósitos da pesquisa de viés qualitativo. Foram preparados quatro modelos de roteiros (ver APÊNDICES A, B, C e D), voltados a abranger o poder público, o empresariado, e a sociedade civil organizada, com perguntas que buscavam compreender: (a) quais eram os setores e os indivíduos que estavam envolvidos com o desenvolvimento e com o planejamento do turismo na região; (b) qual era a sua efetiva participação e contribuição desses atores abrangidos pela pesquisa nos processos decisórios referentes a atividade turística na região.

Ainda durante a fase de “pré-campo”, foram elencados os atores sociais que poderiam vir a contribuir com a realização da pesquisa, e estabelecidos os contatos prévios. Os primeiros atores a serem escolhidos foram aqueles que poderiam contribuir com a pesquisa e que mais facilmente poderiam ser encontrados, estes

foram os que representantes do poder público na região. Ao serem entrevistados estes foram indicando outros atores que também poderiam contribuir. Já estes representavam alguma instituição de relevância para o município, ou pelo fato de seu representante fazer parte das reuniões do COMTur. O Quadro 4 a seguir apresenta os entrevistados:

Entrevistado	Instituição	Cargo/função	Data da entrevista
A	Secretaria Municipal de Turismo	Secretário Municipal	05/02/2017
B	Sicredi	Gerente	05/12/2017
C	Pousada Luar encantado	Proprietária	05/12/2017
D	Polícia militar	Soldado	05/12/2017
E	Paróquia Imaculada Conceição	Pároco	06/12/2017
F	ComTur	Presidente	06/12/2017
G	ICMBio	Analista ambiental	06/12/2017
H	Agência Cerrado Aventura	Proprietário	06/12/2017
I	Restaurante modelo e clube Canadá	Proprietário	06/12/2017

Quadro 4: Atores entrevistados

**Fonte:** próprio autor.

### 3.2 Campo

A etapa de realização do “campo” se deu pelo deslocamento do pesquisador até o Município de Mambai – GO. O trabalho de campo foi desenvolvido no período de 04 a 07 de dezembro de 2017, quando foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com os atores locais. É digno de nota que, antes mesmo das entrevistas, foram realizadas incursões preliminares pelo pesquisador para reconhecimento da localidade em seus diversos cenários.

No último dia de estadia no município, o pesquisador buscou conhecer os atrativos naturais locais que estavam disponíveis para visitação (devido ao tempo chuvoso que se apresenta na região).

Em relação às questões presentes nos roteiros das entrevistas semiestruturadas, buscou-se entender com tais perguntas, dentre outras coisas: (1) quem eram os responsáveis por pensar a gestão do desenvolvimento do turismo na cidade, para poder entender se o fomento da atividade turística era oriundo do poder público ou se era da iniciativa privada; (2) como ocorriam as tomadas de decisão sobre o município e se havia algum espaço público aberto para a manifestação popular; (3) as percepções da atuação do respondente nas discussões sobre o desenvolvimento e sobre o planejamento do turismo no município; (4) se havia efetiva participação da sociedade civil organizada nesses debates; (5) de que forma o entrevistado contribuía com o planejamento da cidade, ou até mesmo, com outras ações promovidas pelo mesmo; (6) a opinião do ator sobre o turismo local, tomando como referência o desenvolvimento da cidade, se positivo ou negativo; (7) se haveria outros atores que o respondente indicasse, que o mesmo julgasse importante dentro deste cenário, para contribuir com a pesquisa (método *snowball* ou “bola de neve”).

Método este que funciona a partir da indicação daquelas pessoas que já foram entrevistadas. A medida que a pesquisa avança alguns nomes ficam recorrentes pelas indicações. Sendo assim, obtém-se os nomes de maior representação na localidade para que sejam procuradas, se possível entrevistadas e desta forma buscando atingir objetivo da pesquisa.

### 3.3 Pós-campo

Nesta etapa os dados coletados em campo passaram por um tratamento analítico. Primeiramente, foi feita a transcrição das principais passagens dos relatos dos entrevistados. Em seguida, foram criadas as temáticas de percepção dos entrevistados e a análise crítica dos processos da pesquisa de campo. As temáticas foram:

- Tema 1: Responsáveis por pensar o turismo
- Tema 2: Formas de tomada de decisão no turismo/Espaços públicos abertos para discussão
- Tema 3: Participação da entidade na discussão do turismo
- Tema 3.1: Análise de participação da entidade
- Tema 3.2: Motivos de não participação da entidade
- Tema 4: Principais contribuições da entidade para o planejamento turístico
- Tema 5: Percepção sobre o turismo local
- Tema 5.1: Percepção positiva sobre o turismo local
- Tema 5.2: Percepção negativa sobre o turismo local

Neste capítulo foi descrito a forma como se deram os arranjos metodológicos desta pesquisa. No capítulo seguir encontra-se então a parte correspondente ao pós-campo, ou seja, a descrição da análise dos processos onde as percepções dos atores entrevistados foram separadas em temáticas para melhor análise do conteúdo coletado em campo.



## CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS PROCESSOS

Neste capítulo é apresentada a análise dos processos e a reflexão crítica. O tratamento dos dados coletados em campo se deu por transcrições, sistematização das informações e desta forma foram divididas as percepções expostas por meio de temáticas, com a devida interpretação e análise.

### 4.1 Percepção dos entrevistados

#### 4.1.1 Tema 1: Responsáveis por pensar no turismo

A partir dos dados coletados e tratados, infere-se que no tópico referente aos responsáveis pela gestão e pelo desenvolvimento do turismo na região, encontra-se certa frequência nos relatos dos entrevistados ao apontar tais indivíduos. Pois apenas um deles (Entrevistado “E”) apontou a responsabilidade restringida somente ao poder público. Em sua maioria, os entrevistados destacaram como sendo uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada.

Ainda assim, ficou evidente nos relatos a participação por parte da iniciativa privada, neste caso representada por duas grandes agências de turismo presentes na cidade. Tais agências foram criadas por três indivíduos de fora da cidade, há mais de dez anos atrás, sendo que dois deles atualmente permanecem com suas agências em operação.

*Olha, o turismo aqui em Mambai desde o início tem uma característica muito marcante que é a iniciativa privada. (...) o grande fomentador é a iniciativa privada. A iniciativa pública, as outras entidades públicas, entram com o ordenamento, igual aqui a gente tem uma instituição federal como o ICMBio, que ajuda muito a atividade turística como um ordenamento, na divulgação do destino. A própria prefeitura do estado, embora com uma prefeitura com uma dificuldade de recursos. (ENTREVISTADO “A”)*

*As agências de turismo (...) E atualmente o ICMBio está envolvido nesse propósito, nesse objetivo de envolver. (...) tem um pouco de envolvimento do setor público também. (...) hoje eu acho que tem, o ICMBio, historicamente os empreendedores do turismo, que são os donos das agências, a iniciativa privada e o poder público municipal. Mas muito mais forte a iniciativa privada e principalmente as agências de turismo. (ENTREVISTADO “G”)*

Quanto a pouca participação no turismo oriundo do poder público, diversos entrevistados se posicionam de forma contrária a esse relato de escassa participação, e foram comuns as críticas a esta situação. Porém, um dos entrevistados ressaltou que muitas são as dificuldades enfrentadas, ainda hoje, para que a representação do governo local tome a frente para a participação do turismo na região.

*Difícilmente a iniciativa pública vai tomar a dianteira das rédeas turísticas. Até mesmo porque ela tem uma dificuldade muito grande de justificar esses gastos, como é que ela vai justificar, que ela está fazendo da sua área, uma área turística? Ela não pode privilegiar atores privados. (ENTREVISTADO “A”)*

A realidade do município demonstra que, na opinião de alguns respondentes, é a iniciativa privada em parceria com o poder público que desenvolvem o turismo no município e, de fato, este é o melhor cenário para o bom desenvolvimento local. Pois, desta forma, segundo os relatos, ocorrerá na prática a efetiva implicação da governança, que visa um contexto em que o poder público e as demais organizações da sociedade civil trabalhem juntos por um objetivo comum. Todavia é necessário ressaltar a importância das condições políticas favoráveis para que isso ocorra, ou seja, um quadro social em que não ocorra interesses com prioridades sobre outros, mas sim, um processo justo e transparente (BURSZTYN, 2013).

#### 4.1.2 Tema 2: Análise de tomada de decisão no turismo/Espaços públicos abertos para discussão

Em relação ao questionamento sobre a existência de um espaço público aberto para as discussões sobre a gestão e sobre o planejamento da atividade turística na cidade, foi unanimidade entre os relatos dos entrevistados a percepção de que existe este espaço, denominado Conselho Municipal de Turismo (COMTur).

Trata-se, segundo os entrevistados, de um Conselho que é constituído por representantes do poder público e da iniciativa privada, no qual são feitas discussões sobre os temas correlacionados ao desenvolvimento da atividade turística na cidade. A percepção dos entrevistados se divide enquanto às questões de efetividade das ações e da participação de atores e membros da sociedade civil.

Ao mesmo tempo que alguns destacam que o envolvimento é efetivo, que das discussões são produzidos bons frutos, que possui participação considerável de seus participantes, outros destacam que é um projeto inicial, que até o momento houveram poucas reuniões, e que não é tão efetivo como dizem ser.

*Sim, recentemente foi montado o COMTur, que é um conselho municipal de turismo aqui da região. Então nesse conselho a gente engloba todas as áreas da economia da cidade, para participar porque o turismo, traz desenvolvimento pra cidade. É um espaço aberto onde as pessoas, comerciantes, população, prefeitura, se reúnem para tentar verificar o que pode ser feito para melhorar o turismo na cidade e como melhorar a recepção desses turistas, o próprio acesso aos pontos turísticos. Então há uma parceria muito grande entre população, a prefeitura e as entidades particulares, que são diretamente ligadas ao turismo. (ENTREVISTADO “D”)*

*(...) é porque o COMTur está sendo formado agora, agora que o pessoal foi empossado, recebeu suas cadeiras, e ainda não está fazendo trabalho nenhum. Mas até o momento, só as agências é que tem lutado por isso, mapeado, corrido atrás de documentar, só as agências de turismo até o momento (...) Participo no COMTur que já teve algumas reuniões, poucas, mas já teve (...) (ENTREVISTADO “C”)*

Foi relatado também que tal conselho não é visto como um “braço direito” que busca auxiliar a prefeitura nas questões do turismo. Mas sim, como um rival, um concorrente da prefeitura. Devido à falta de interesse e de irrisória atuação da prefeitura nos assuntos que competem ao turismo, tal negligência abre margem para que o COMTur não seja apenas um conselho consultivo, mas também, deliberativo, que acaba por executar algumas ações que seriam da competência da prefeitura. Porém, entrevistados alegaram que se não fosse por este caminho, os assuntos e ações referentes ao turismo na região seriam deixados de lado.

Ao que se refere a participação dos atores no conselho, pôde-se observar algumas limitações. Destaca-se que tal espaço é uma ferramenta recente de participação social. Logo, foi abordado pelos entrevistados que, por apresentar tal caráter, não é muito conhecido pela população nem quanto as suas formas de participação, como também, não possui total disponibilização e valorização das opiniões dos indivíduos da sociedade civil que participam da reunião. Estes por sua vez têm a sua participação limitada ao voto das pautas.

*Hoje o que a gente tem de espaço aberto, atualmente nesse ano de 2017, que vem sendo reativado, é o COMTur. Então ele é uma ferramenta, só que eu vejo que a gente não tem eficiência nesse sentido porque a gente tá falando de uma região que o tema participação social é muito novo, as pessoas as vezes nem entendem o que é isso, ou que ali ela tem um poder de voz. (...) não existe nenhum espaço, constitucionalizado. O que tem hoje é o COMTur. (ENTREVISTADO “G”)*

*No momento tem o COMTur. Nós fazemos a reunião são abertas ao público, para que as pessoas possam estar vendo as nossas decisões, mas vai ter uma reunião com os empresários, mas é aberto ao público. Eles só não têm acesso ao voto (...) o conselho decide as prioridades. (ENTREVISTADO “F”)*

#### 4.1.3 Tema 3: Participação da entidade da discussão do turismo

##### *Subtema 3.1: Formas de participação da entidade*

Referente ao tópico de participação dos entrevistados e das entidades que representam nas discussões sobre o turismo, as respostas foram muito semelhantes quanto à forma de participação. A seguir, pode-se observar quais são as formas de participação das entidades nas discussões:

- A **SETUR** da cidade se posicionou dizendo que participou da criação do Conselho, no levantamento e na definição de assuntos relevantes a serem tratados na cidade e por meio da presença das reuniões do conselho.
- A representante da **Pousada Luar Encantado** disse participar das poucas reuniões que houveram do Conselho até o momento, e complementou dizendo que, além da participação, busca ajuda financeira de empresários, usando como argumento a discussão sobre o tema.
- O representante da **Polícia Militar** local, relatou participar por meio da frequência nas reuniões, e nelas levantando sugestões para melhoria da segurança pública na cidade.
- A Presidente do **COMTur**, proprietária também do estabelecimento “A hora do açaí”, argumentou dizendo que a sua participação se dá ao frequentar as reuniões, além de participação em reuniões externas em diversos eventos do SEBRAE, realizados na cidade, bem como em qualquer outro evento que aconteça na cidade e que possua o tema turismo em pauta.

- O representante do **ICMBio** relatou que participa das reuniões buscando o cumprimento dos diversos objetivos de criação da APA, que vão ao encontro do ordenamento da atividade turística na região. Segundo ele, às vezes se faz necessária a participação de tal órgão em reuniões externas com envolvidos no desenvolvimento do turismo na região, para esclarecimentos.
- O representante da **Agência “Cerrado Aventura”** afirmou que o único espaço para participação é de fato o Conselho, e por ele participa por meio de buscar, junto ao ICMBio, a melhor forma de regularização das atividades desempenhadas pela agência.
- O representante do **Restaurante “Modelo”** argumentou que participa emitindo opiniões e se fazendo presente nos debates onde são tomadas as decisões pelo Conselho.
- Duas entidades da cidade (**Cooperativas de crédito e Paróquia**) disseram que participaram do evento do SEBRAE, que houve há algum tempo atrás na cidade, e que discutiu diversos assuntos, entre eles o turismo, e as suas participações se deram por meio da expressão de suas opiniões sobre o tema.

Foi possível perceber a partir dos relatos acima, que por vezes a percepção e, até mesmo a compreensão do conceito de participação se dá por representação, por presença em alguma atividade e não como um envolvimento efetivo. Participar vai além, é tornar-se parte da ação, é a necessidade que o ser humano possui de ter sua autoafirmação perante a sociedade, de sentir-se útil a partir da sua autoria em processos de criação, realização e contribuição nas etapas de elaboração daquilo que se objetivou a fazer em conjunto com os demais envolvidos (BROSE, 2001).

### *Subtema 3.2: Motivos de não participação da entidade*

Analisando os relatos ainda sobre o aspecto da participação das entidades nas discussões do turismo local, foi percebido que apesar de todos os respondentes participarem de uma forma ou outra, nem todas as instituições participam do principal meio de tomadas de decisão da atualidade, o COMTur. Justificaram a ausência na reunião e nas discussões devido a reconhecerem as suas limitações e não enxergarem um espaço de atuação dentro do próprio conselho.

Tal percepção traz faz com que haja uma reflexão do que o conselho pode fazer para tentar abrir espaço que ainda não é enxergado pelas entidades, para que desta forma tais instituições possam ver além dos entraves que não permite a participação, como ocorre no contexto atual.

#### 4.1.4 Tema 4: Principais contribuições da entidade para o planejamento turístico

Com relação ao tópico de contribuições da entidade para o planejamento turístico da cidade, houve um maior leque de diversificação apresentado nas respostas quanto à forma de contribuir. Logo abaixo pode ser observado as principais contribuições das entidades:

- O representante da **SETUR** atribuiu a criação do COMTur como uma das suas principais ações. Destacou que a criação do Conselho foi uma das ações da secretaria visando viabilizar maior participação dos atores sociais no processo de tomada de decisão, além de ser um espaço para planejar o desenvolvimento da atividade. Relatou também que tal órgão tem a possibilidade de auxiliar não somente com a aplicação de recursos financeiros no local, bem como auxiliar com iniciativas que coloquem o município no mapa do turismo nacional, sabendo que esta será uma melhor forma de angariar recursos junto ao Ministério do Turismo. Entretanto, ressaltou a inexistência de um documento norteador para a cidade, como um plano municipal de turismo, e abordou o fato de esta também não ser uma das preocupações mais imediatas, tanto da Secretaria de Turismo quanto do COMTur.
- A representante da **Pousada “Luar Encantado”** abordou a questão de buscar contribuir com o planejamento a partir da melhoria dos meios de

hospedagem na cidade, pois quando era apenas moradora via a precariedade e a pouca quantidade de leitos. Sendo assim, encontrou a forma de ajudar estruturando o seu próprio estabelecimento. Além disso, procura estabelecer relações entre turistas e o conhecimento da existência dos atrativos. Auxilia também na intermediação entre os donos das propriedades onde se localizam os recursos naturais e as agências, para que estes também possam fazer parte do catálogo oferecido aos turistas.

- O representante da **Polícia Militar** relatou que contribui fazendo com que os anseios da comunidade sejam aplicados da melhor forma possível, no dia a dia do município.
- O representante da **Paróquia** afirmou que sua contribuição se dá por meio de sugestões referentes a infraestrutura do local.
- A presidente do **COMTur** argumentou que sua ajuda vem por meio da divulgação do município para conhecidos externos a cidade, como moradores de algumas RA's localizados no Distrito Federal.
- O representante do **ICMBio** observou que a sua atuação se pauta na disseminação do conhecimento sobre a APA e suas proposições para o turismo, além de buscar junto as agências uma forma de solucionar gargalos quanto às irregularidades da atividade que é praticada.
- O representante da **Agência “Cerrado Aventura”** justificou as suas contribuições por meio da infraestrutura montada nos atrativos, além de parcerias realizadas com proprietários.
- O representante do **Restaurante “Modelo”** afirmou que a sua participação se dá por meio da disposição do espaço para realização das reuniões.

Segundo um dos entrevistados, a cidade de Mambaí se encontra no mapa nacional do turismo, com isso, o auxílio das entidades públicas do município no turismo, não precisa ser necessariamente apenas com recursos, visto que municípios que estão inseridos no mapa estão mais habilitados em receberem recursos do Ministério do Turismo.

*(...) as entidades públicas, podem auxiliar o turismo, não necessariamente apenas com recursos, igual agora mesmo a gente conseguiu colocar Mambaí no mapa nacional do turismo, que é um dado balizador do Mtur, pros municípios que estão aptos a receberem recursos do MTur. (ENTREVISTADO “A”)*

Foi observado que o contexto político no qual se refere a situação atual da secretaria de turismo na cidade é bastante complexo devido, primeiramente, ao fato de que, não existe uma secretaria institucionalizada pela falta de verba destinada ao secretário e aos seus auxiliares e, até mesmo, quando existia de forma oficializada, não havia espaço adequado dentro da prefeitura e nem verba suficiente para as necessidades de ação da mesma.

A pessoa que atualmente ocupa o cargo de secretário está ali apenas pela sua boa vontade em querer ver o turismo se desenvolver na cidade, não porque recebe salário. Em meio a tal situação, percebe-se a pouca preocupação da secretaria de turismo com a elaboração de um planejamento turístico sustentável para o município. Logo, não foi possível observar uma proposta concreta para a elaboração de um documento como um plano municipal de turismo.

A justificativa da secretaria, foi de que as ações sobre o turismo na cidade têm sido tomadas juntamente com o Conselho Municipal de Turismo (COMTur) e, este por sua vez, tem em suas pautas nas reuniões assuntos mais emergenciais, o que acaba ocasionando uma postergação deste assunto sobre o planejamento do turismo no local.

Como pôde-se observar, o turismo no município não é planejado da forma como deveria, pois, seria necessário para o desenvolvimento do turismo um documento norteador da atividade, como um plano municipal de turismo, e a situação atual é que este é deixado de lado por conta de assuntos que são considerados mais urgentes para serem solucionados.

Todavia, ao observar a literatura, fica claro que este processo está sendo desenvolvido de forma incorreta, pois o planejamento, se usado antes, pode ser



compreendido como uma ferramenta para solucionar os problemas de uma determinada realidade. O ideal seria que, a partir de um diagnóstico, fossem elencados os problemas, e realizado um prognóstico buscando a estruturação de um plano municipal de desenvolvimento do turismo (BROSE, 2001).

#### 4.1.5 Tema 5: Percepção sobre o turismo local

##### *Subtema 5.1: Percepção positiva sobre o turismo local*

Ao serem questionados quanto aos impactos que o turismo traz para o desenvolvimento do município como um todo, a maioria dos respondentes destacou ao menos um fator, ou deixou explícito em sua fala algum aspecto positivo. Destacaram em suas falas: a preservação da fauna e da flora; a troca para uma atividade econômica que não desgasta tanto os recursos naturais, como o agronegócio e a indústria carvoeira; o desenvolvimento econômico a partir da geração de emprego e renda para o município; a visibilidade que a cidade ganhou; e a interação cultural que vem ocorrendo no local entre moradores e visitantes, devido a troca de experiências. Abaixo, alguns questionamentos considerados na opinião de dois entrevistados:

(...) O segundo é que o turismo quando praticado, alias de todas as suas formas, mas ainda mais os de base comunitária, é uma das atividades econômicas que mais distribui renda de maneira democrática. Então aqui a gente tem o recurso que entra através de um visitante, ele vai pra agência, pro guia, pro hotel, pro restaurante, pra padaria, pro comércio, pra farmácia, vai pra prefeitura em forma de impostos da arrecadação (...) (ENTREVISTADO "A")

É totalmente positivo, muito melhor do que o agronegócio, até porque através do turismo consegue preservar áreas belíssimas. Porque se deixar só pelo agronegócio, daqui uns dias vai ter devastado tudo, é uma forma até de preservação da natureza (...) até na questão cultural deste pessoal estar aqui tendo mais cultura, troca de experiências. (ENTREVISTADO "C")

De fato, o turismo tem a capacidade de trazer diversos resultados positivos para a cidade onde está sendo desenvolvido, seja em aspectos socioeconômicos (como na geração de emprego e renda para população, aumento de taxas e impostos para o governo e incremento na renda da iniciativa privada que presta serviços ao turismo), ou em questões socioculturais (como a interação entre moradores locais e turistas, o nascimento ou ressurgimento de costumes e artesanatos locais, promovidos pelo

interesse dos turistas em conhecer e se aprofundarem na cultura local), ou mesmo socioambientais (como o interesse em proteger áreas naturais para um possível uso da atividade turística) (LEIPER, 1995 apud COSTA, 2009).

#### Subtema 5.2: *Percepção negativa sobre o turismo local*

Apesar de não evidenciado em todas as falas, alguns respondentes não deixaram de destacar os impactos negativos decorrentes do desenvolvimento da atividade turística no local. Entrevistados apontaram a falta de ordenamento do território pelo poder público. Outros, a falta de um cálculo de capacidade de carga que, a depender da sazonalidade do local, em momentos de alta procura, altera a rotina dos moradores locais, prejudicando diretamente a cidade. Entre outros problemas que puderam ser destacados em suas falas. Como por exemplo:

*(...) o lado negativo eu acho que é, a questão de justamente ter uma exposição muito grande do município, as vezes o município não está preparado para receber uma quantidade muito grande de pessoas. Por isso que a gente tem o nosso COMTur, e aí a gente tenta verificar quais são as melhorias que a gente pode tá fazendo pra receber esse público. Porque como é uma cidade que entrou no âmbito do turismo tem pouco tempo, ainda tem muito do que se melhorar. A questão de ser uma cidade mais afastada, mais interiorana, eu acho que o ponto negativo é você receber muita gente de fora, isso acaba as vezes prejudicando a rotina da cidade, aquelas pessoas que são acostumadas a ter uma rotina mais pacata, aquela cidade ser mais família, tranquila, então as vezes as pessoas estranham um pouco o movimento muito grande de pessoas de fora. (Entrevistado "D")*

*Estamos falando que se o turismo crescer de forma desordenada, pode trazer impactos negativos, seja pra condição econômica, pois só o trade turístico vai ganhar, e aí pela ausência do poder municipal, estadual, essa economia não é partilhada pra todos os atores envolvidos, a gente cria uma situação de conflito porque a gente vê que poucas pessoas estão ganhando muito e muitas que são exploradas não estão ganhando nada. E isso fica claro quando se vê condutores abandonando a atividade turística pra irem fazer outras coisas até mesmo pra ganhar menos. (Entrevistado "G")*

Com relação aos problemas gerais encontrados no município, e que de alguma forma afetam o turismo, muitos foram os aspectos mencionados. Entre eles, foram identificados relatos que abordam o baixo IDH do município se comparado ao restante do Estado. Uma grande demanda social referente aos elementos de assistência social, saúde, educação, fazendo com que o recurso financeiro do município fique

alocado apenas para suprir tais necessidades e, com isso, deixando pouco ou quase nenhuma parcela para o investimento no turismo.

Outro aspecto destacado pelos respondentes com recorrência diz respeito a falta de infraestrutura na cidade em relação a sinalização deficitária, tanto nas vias internas, quanto nas de acesso ao município. Como: pavimentação precária; equipamentos de hospedagem que se mostram insatisfatórios, principalmente em momentos de alta temporada, quando é exigida uma certa quantidade de leitos que a cidade não consegue suprir apenas com o que é encontrado; além de equipamentos de alimentação que estão sendo insuficientes para atendimento dos visitantes, no que se refere a inflexibilidade de horários para o atendimento, na pouca variedade de cardápio e de padrões de estabelecimento, como no serviço prestado ao cliente, que é considerado ruim; a falta de outros atrativos além dos naturais já existentes, principalmente na falta de entretenimento noturno. Foram destacadas também as operações do turismo que ocorrem sem plano e manejo, como o turismo espeleológico que ocorre sem um ordenamento legal por parte do poder público. Logo abaixo, pode ser notado o ponto de vista do entrevistado “E” e “H”:

*Eu sempre enfatizei a questão da necessidade de infraestrutura, depende não tem jeito, depende bastante da questão do município, a infraestrutura do aspecto logístico, a questão da entrada da cidade, a questão da sinalização, nós temos a entrada bem deficitária (...) a questão das placas em questão dos locais de turismo, nós não temos. E, enfim, o suporte, dos comerciantes por um lado, investimento por parte dos comerciantes e da iniciativa da prefeitura também (...)*  
(ENTREVISTADO “E”)

*(...) Hoje Mambaí ainda tem poucos leitos, poucos restaurantes, a gente ainda não tem a capacidade de receber uma massa muito grande. No carnaval passado não chegamos a ter mil pessoas aqui, porque se chegasse a este número não teríamos lugar para colocar esse povo para dormir e para comer.*  
(ENTREVISTADO “H”)

Foi possível observar que não são equipamentos que se preocupam com uma demanda turística externa, mas somente com os moradores locais e trabalhadores que, por acaso, passam pela região. Por isso, talvez, a falta de preocupação com a estética do local e com a pouca variedade de opções do cardápio. Pôde-se perceber

a carência de restaurantes que se preocupam com a variedade de cardápio e com a estética, contendo apenas dois na região, onde tais aspectos não são encontrados.

Desde a entrada do município foi possível observar pelo pesquisador fatores que compreendem este tópico, como a falta de pavimentação adequada na chegada ao município, bem como internamente. Percebeu-se um alto grau de precariedade e de imprevisto, tanto na construção da pavimentação atual como na manutenção da mesma. No terceiro dia de incursão foi possível observar funcionários a serviço da prefeitura fazendo manutenção do pavimento com restos de entulho. E isso ocorreu na entrada cidade, em frente a estabelecimentos como uma das agências de turismo da cidade.

Entende-se que, devido ao município estar passando pelo período de chuvas, tal processo natural ocasionou diversas erosões durante o percurso que sai da rodovia interestadual BR 020 e entra na rodovia estadual GO 108, estrada que leva até o município. Porém, não foi observado esforço do poder público para uma manutenção eficaz desta pavimentação, apenas o imprevisto para a manutenção da mesma.

Observa-se também a ausência de postos de gasolina neste percurso entre a cidade de Alvorada do Norte – GO e Mambaí – GO. Pois dentro deste percurso de em média 50Km, que leva cerca de uma hora para ser percorrido, observa-se apenas um posto de gasolina.

Outro fator que despertou a atenção do pesquisador foi a sinalização deficitária dentro e fora do município. Na estrada, não há sinalizações de trânsito pintadas no chão indicando faixas, placas indicando velocidade permitida, a distância que ainda tem que ser percorrida para a chegada no município (assim como se observa por várias vezes na BR 020). Não há também placas sinalizando a entrada do município, a localização dos atrativos, placas de sinalização de trânsito dentro do município, e pintura de faixas no chão.

Sinal de telefone é um outro problema encontrado no município. Desde o primeiro dia de incursão do pesquisador foi observado que mesmo serviços de operadoras de telefone diferentes não estavam em funcionamento na localidade, a cobertura da telefonia não compreendia a região.

Em relação aos temas abordados na análise dos processos desta pesquisa, podem ser observadas a falta de planejamento nas diversas áreas do município, a falta de comunicação entre os setores, assim como a não preocupação

com os preceitos da sustentabilidade, que envolvem os pilares ambiental, econômico e social.

Apesar do turismo abranger várias dimensões e conquistar cada vez mais espaço na sociedade, os âmbitos econômico, político e acadêmico têm autonomia em ampliar projetos, ações e estudos voltados ao desenvolvimento sustentável, com isso, os desafios gerados poderão ser trabalhados em cima da construção de conhecimentos teóricos para serem aplicados de forma efetiva na solução dos problemas sociais e econômicos (TOMAZZONI, 2009). Logo, “o desenvolvimento sustentável deve ser a base do projeto turístico e, aliado à participação da comunidade, ressaltará no turista a consciência de preservação e de respeito à cultura local” (FERRETI, 2002, p. 109).

Portanto, entende-se que apenas por meio de um processo de planejamento qualificado do turismo, pautado nos preceitos da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável e do planejamento participativo, a população de Mambáí terá a possibilidade de fazer uma reflexão crítica quanto a este fenômeno. Assim, passando a compreender o seu papel na construção do turismo local ao se incluir na discussão da pauta junto aos atores envolvidos e atuando na cobrança dos gestores quanto à infraestrutura e equipamentos de suporte adequados para o recebimentos de visitantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do período de desenvolvimento desta pesquisa houveram limitações que impediram um maior aprofundamento do trabalho. Tais limitações se deram por informações incorretas contidas em sites da internet, como informações sobre organizações do terceiro setor que continham nome, telefone e endereços que não se confirmaram na realidade e que mudaram o direcionamento da pesquisa devido a não existência de tais grupos.

Outro aspecto se deu nas entrevistas, quando os indivíduos por diversas vezes indicaram nomes de pessoas que não se mostraram disponíveis ao atendimento. Uma outra limitação que também esteve presente, foi a pouca disponibilidade de recurso financeiro para ser aplicado durante a pesquisa, o que limitou a quantidade de dias de hospedagem na cidade e, com isso, poucos atrativos naturais foram visitados, e as condições climáticas que não foram favoráveis, o que limitou a visita a alguns pontos específicos e reduziu o tempo de permanência dos que foram visitados por motivo de mal tempo.

Este trabalho teve como objetivo geral analisar em que medida a sociedade civil organizada de Mambaí tem participado efetivamente dos processos decisórios referentes ao desenvolvimento turístico local. E, para isso, foram estabelecidos objetivos específicos para cumprimento do mesmo.

Como primeiro objetivo específico teve a contextualização multidimensional do cenário local em relação aos aspectos histórico-evolutivo, socioeconômico, cultural, político-institucional, ambiental e turístico. Para que este objetivo fosse alcançado, no Capítulo 1 deste trabalho foram apresentados os “aspectos gerais do município de Mambaí”, onde está disposto os elementos contando a história, abordando que a área onde encontra-se o hoje o município teve seu início no século XIX, mas somente no ano de 1958 a câmara municipal elevou o povoado a categoria de distrito, alternando também para o nome que possui atualmente. A partir dos dados mais atualizados, confere-se uma população estimada de 8.871 indivíduos sendo 3.342 indivíduos mulheres e 3.529 homens. Dados do Sistema FIRJAN, referentes a 2013, apontam que o Índice de Desenvolvimento Municipal Total encontra -se classificado como de “desenvolvimento regular” (0,5668).

O Município encontra-se compreendido pela Área de Proteção Ambiental (APA) “Nascentes do Rio Vermelho”. E tal área é responsável por compreender os atrativos

naturais da região como cachoeiras, lagos, cânions, e um conjunto singular de cavernas, os quais servem como pontos de visitação e de prática de atividades como espeleoturismo, boia cross, tirolesa, rapel, cascading, escaladas, trilhas, entre outras.

O segundo objetivo específico foi de identificar e analisar as instâncias de tomada de decisões referentes ao desenvolvimento turístico local, e verificar em que medida há participação efetiva das representações da sociedade civil organizada nas mesmas, e como ela ocorre. Para alcance do mesmo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e a partir da análise de dados, foi possível constatar que, recentemente, e ainda com poucas reuniões e poucos integrantes, foi criada uma instância de tomada de decisões: o Conselho Municipal de Turismo – COMTur.

Este então é composto por alguns membros que representam a sociedade civil, como representantes da gestão pública (SETUR e ICMBio), setores de equipamentos turísticos (meios de hospedagem, agenciamento e alimentação), segurança pública (PMGO), entre outros. Após análise dos dados coletados, foi possível também verificar a inexistência da participação de grupos organizados nas reuniões do conselho, devido ao fato de realmente não haver grupos organizados da sociedade civil no município.

A participação daqueles que possuem cadeira no Conselho fica por conta do levantamento de assuntos que posteriormente virão em pautas e estas serão votadas pelos mesmos para definição de prioridades. As reuniões são abertas ao público em geral, contudo, o voto é restrito apenas aos integrantes do Conselho. Foi possível identificar, também pelos relatos, que o conselho ultrapassa as barreiras de ser apenas consultivo, mas ultimamente tem presente um caráter deliberativo para execução de ações no município.

O terceiro objetivo específico era de verificar se existem e como são apresentadas as iniciativas de planejamento participativo nos processos de desenvolvimento do turismo no município. Este objetivo também foi alcançado por intermédio das entrevistas semiestruturadas e análise dos dados gerados pelas mesmas.

Ao ser questionado, o gestor público responsável pela secretaria de turismo abordou o fato de que a pauta de criação de um documento norteador já havia sido levada a instância de tomada de decisão (COMTur), todavia até aquele momento não havia sido melhor desenvolvida por conta de definição de demandas mais urgentes que o conselho precisava tratar.

O quarto e último objetivo específico era refletir sobre o planejamento participativo do turismo como instrumento planejamento local e de melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. Para alcance deste objetivo foi realizada uma pesquisa bibliográfica documental que, conjuntamente à análise dos dados coletados em campo, permitiu identificar a tamanha importância que o planejamento tem para o turismo de Mambai.

Ao fim da pesquisa foi possível identificar vários aspectos, dentre eles, a boa vontade de alguns atores da região para o desenvolvimento do turismo, o empenho que colocam em suas ações para que a atividade se desenvolva, entre outras ações positivas. Entretanto, foi possível identificar também, que muitos destes esforços são por vezes paliativos devido a forma com que o turismo é planejado e estruturado no município.

O planejamento formalizado e estruturado a partir de um plano municipal de turismo, que fosse construído de forma participativa, incluído a iniciativa privada, os diversos órgãos do poder público presentes no município e a população local no processo de elaboração, fosse possível alcançar o nível de desenvolvimento da atividade, do qual os atores locais envolvidos com o turismo almejam.

Mas tudo isso ocorrerá por meio de um processo de etapas complementares. A primeira etapa seria desenvolvida dentro do próprio Conselho existente na cidade, tomando como prioridade a pauta sobre a criação plano, o que não ocorre atualmente. Pois fazendo isso, poderiam quebrar o ciclo vicioso que já está instaurado em seus processos e, assim começarem a resolver os problemas por meio do planejamento, e não buscar soluções antes de planejar, pois o planejamento participativo é a própria ferramenta para alcançar soluções.



## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. MACIEL, Maria Lúcia. Capital social e empreendedorismo local. Rio de Janeiro. Rede de Sistemas produtivos e Inovativos locais. V. nº. P 01 – 24, 2002.

BADER, Pascal. Sustentabilidade – do modelo à implementação. Revista Eco 21. V. n. 2012.

BEM, Judite Sanson. As aglomerações industriais do Rio Grande do Sul: O meio ambiente e a sociedade. Volume 2. Rio Grande do Sul. EDUCS. 2015

BENI, Mário Carlos. Política e estratégia do Desenvolvimento Regional; Planejamento integrado e sustentável do Turismo. In Turismo em Análise, v.10, n 01, maio de 1999, Ed. ECA/USP, São Paulo.

BENI, Mário C. Fundamentos da Teoria de Sistemas Aplicados ao Turismo. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo Município no período: 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginigo.def>> Acesso: 29 de março de 2017 às 02:07

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade. Disponível em <[http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros\\_brasil/turismo\\_e\\_sustentabilidade.pdf](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/turismo_e_sustentabilidade.pdf)> Acesso: 02 de Abril de 2018.

BROSE, Markus (Org.) Metodologia Participativa – uma introdução A 29 instrumentos. Tomo Editorial, Porto Alegre, 2001.

BUARQUE, Sergio. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro. Editora Garamond Ltda. 2008

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro. Editora Garamond Ltda 2012

CHAVES, Anderson Santos; LEITE, Laize dos Santos; LIMA, Patrícia Karoline Estevam. Diagnostico do município de Mambai –Go e mapeamento da APA Nascentes do Rio Vermelho para o planejamento do turismo sustentável. 2006. P. 115. Monografia – CEFET-GO, Goiânia, 2006.

CORIOLO, Luzia Neide. Os limites do desenvolvimento e do turismo. Pasos a revista do turismo y patrimônio cultural. Vol 1, nº2, p. 161 -171, 2003.

CORIOLO – Luzia Neide - Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. – 2006 – Acesso em: 22 de outubro de 2017. <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemon/21coriol.pdf>>.

COSTA, Helena Araujo. *Mosaico da sustentabilidade em destinos turísticos: cooperação e conflito de micro e pequenas empresas no roteiro integrado Jericoacoara – delta do Parnaíba – lençóis maranhenses*. 2009. P. 300. Tese de doutorado – CDS/UnB, Brasília, 2009.

DE LA TORRE, Oscar. El Turismo - Fenômeno Social. México: FCE, 1992.

DOURADO, Barbara. *Arvores e agricultores do cerrado: Uma análise do cultivo de espécies arbóreas em assentamentos de Mambai e de Padre Bernardo (GO)*. 2016. P. 100. Dissertação de mestrado – CDS/UnB, Brasília, 2016.

ENANPAD, 38º. 2014, Rio de Janeiro. Aplicando os Princípios da Boa Governança de Commons na Análise do Sistema de Gestão de Terras Públicas no Distrito Federal, editora s/n, Rio de Janeiro. 13 a 17 de setembro de 2014.

ESTENDER, Antônio Carlos; PITTA, Tercia de Tasso Moreira. O conceito de desenvolvimento sustentável. Revista terceiro setor. v.2, n.1, 2008

FERRETI, Eliane Regina. Turismo e meio ambiente: Uma abordagem integrada. São Paulo: Roca, 2002.

GOIÁS TURISMO. Goiás Turismo. Disponível em: <[www.goiasturismo.go.gov.br](http://www.goiasturismo.go.gov.br)>. Acesso: 29 de março de 2017 às 00:35

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=521270&search=goias|mambai|infograficos:-historico>>. Acesso em 25 de agosto de 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521270&search=goias|mambai>>. Acesso em: 15 março 2017.

IRVING, Marta et al. *Turismo áreas protegidas e inclusão social*. Rio de Janeiro: Editora letra e imagem, 2015

LEIPER, N. environmental impacts and ecosystems for tourism. In tourism management, v., n., p. 160-189, 1995

LEVA NA VIAGEM. Explorando o ecoturismo no interior do Goiás. Disponível em: <<http://levenaviagem.com.br/mambai/>>. Acesso: 23 de setembro de 2017 às 21:12

MARX, Ivan Claudio. Sociedade civil e sociedade civil organizada: o ser e o agir. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 11,n. 1019, 16 abr. 2006.

MOESCH, Marutschka. *Epistemologia social do turismo*. 2004. P 504. Tese de doutorado – USP, São Paulo, 2004.

NETO, Panosso. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. RBTUR – revista brasileira de pesquisa em turismo. São Paulo. v. nº. P 120 -144, 2014.

OLIVEIRA, Elton Silva. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré – Bahia. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, N. 2, 193-202, 2007.

PETROCCHI, Mario. Turismo Planejamento e gestão. São Paulo. Editora Futura.1998.

DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: Política e Desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2008

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMBAÍ-GO. Disponível em: <<http://www.mambai.go.gov.br/p/municipio/24-historico.html>>. Acesso 25 de setembro de 2017

RAYNAUT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. Revista Desenvolvimento e meio ambiente v. nº10 p.21-32, 2004

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. Revista turismo em análise. v. 4 nº1. P. 56 -68, 1993.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro. Editora Garamond Ltda. 2004

SISTEMA FIRJAN. IFDM. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-aoindice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipalresultado.htm?UF=GO&IdCidade=521270&Indicador=2&Ano=2013>>. Acesso em: 03 abril 2017.

TOMAZZONI, Edegar Luis. Turismo e desenvolvimento regional: Dimensões, elementos e indicadores. Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2009.

VIAGEM EM PAUTA. Novo polo de turismo de aventura, Mambai é a versão radical de Goiás. Disponível em: <<http://viagemempauta.com.br/2016/03/07/mambai/>>. Acesso: 03 de março de 2017 às 15:25.

VILAS BOAS, Maria Helena Azeredo; DIAS, Reinaldo. Biodiversidade e turismo: o significado e importância das espécies-bandeira. Turismo & Sociedade, Curitiba, v. 3, n.1, p. 91-114, abril de 2010.

## APÊNDICE A



### ENTREVISTA COM SECRETARIA DE TURISMO DE MAMBAÍ-GO

**PROJETO:** Planejamento Turístico de Mambaí (GO): um olhar sobre a participação comunitária nos processos decisórios.

Data: \_\_\_/\_\_\_/2017

Local: \_\_\_\_\_

#### Dados pessoais:

Nome: \_\_\_\_\_

Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino

Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Natural de: ( ) Mambaí–GO Outro: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo no cargo: \_\_\_\_\_

#### Dados específicos:

1. Quem são os responsáveis por pensar o desenvolvimento do turismo no município?
2. Como são tomadas as decisões relativas ao turismo no município? Há algum espaço público aberto, alguma ouvidoria/assembleia, para a comunidade se manifestar?
3. A sociedade civil organizada tem participação efetiva nas discussões e no planejamento do turismo na localidade? Se “sim”, como se dá essa participação? Se “não”, porque não há participação?
4. De que forma a **Secretaria de Turismo** tem contribuído com o planejamento turístico de Mambaí?
5. O que você pensa sobre o turismo em Mambaí? Na sua opinião ele é positivo ou negativo? Ajuda ou atrapalha o desenvolvimento do município?
6. Quais outros atores/representantes locais você indicaria para contribuírem com esta pesquisa?

## APÊNDICE B



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO – CET

### ENTREVISTA COM GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MAMBAÍ - GO

**PROJETO:** Planejamento Turístico de Mambaí (GO): um olhar sobre a participação comunitária nos processos decisórios.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

Local: \_\_\_\_\_

#### Dados pessoais:

Nome: \_\_\_\_\_

Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino

Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Natural de: ( ) Mambaí–GO Outro: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo no cargo: \_\_\_\_\_

#### Dados específicos:

1. Quem são os responsáveis por pensar o desenvolvimento do turismo no município?
2. Como são tomadas as decisões relativas ao turismo no município? Há algum espaço público aberto, alguma ouvidoria/assembleia, para a comunidade se manifestar?
3. O **(a) senhor (a), como gestor de APA** participa das discussões e do planejamento do turismo na localidade? Se “sim”, como se dá essa participação? Se “não”, porque não há participação?
4. De que forma o **(a) senhor (a), como gestor de APA** tem contribuído com o planejamento turístico de Mambaí?
5. O que você pensa sobre o turismo em Mambaí? Na sua opinião ele é positivo ou negativo? Ajuda ou atrapalha o desenvolvimento do município?
6. Quais outros atores/representantes locais você indicaria para contribuírem com esta pesquisa?

## APÊNDICE C



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO – CET

### ENTREVISTA COM SINDICATO/COOPERATIVA \_\_\_\_\_

**PROJETO:** Planejamento Turístico de Mambáí (GO): um olhar sobre a participação comunitária nos processos decisórios.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

Local: \_\_\_\_\_

#### Dados pessoais:

Nome: \_\_\_\_\_

Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino

Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Natural de: ( ) Mambáí–GO Outro: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo no cargo: \_\_\_\_\_

#### Dados específicos:

1. Quem são os responsáveis por pensar o desenvolvimento do turismo no município?
2. Como são tomadas as decisões relativas ao turismo no município? Há algum espaço público aberto, alguma ouvidoria/assembleia, para a comunidade se manifestar?
3. O **sindicato/cooperativa** participa das discussões e do planejamento do turismo na localidade? Se “sim”, como se dá essa participação? Se “não”, porque não há participação?
4. De que forma o **sindicato/cooperativa** tem contribuído com o planejamento turístico de Mambáí?
5. O que você pensa sobre o turismo em Mambáí? Na sua opinião ele é positivo ou negativo? Ajuda ou atrapalha o desenvolvimento do município?
6. Quais outros atores/representantes locais você indicaria para contribuírem com esta pesquisa?



## APÊNDICE D



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO – CET

### ENTREVISTA COM ATOR SOCIAL INDICADO \_\_\_\_\_

**PROJETO:** Planejamento Turístico de Mambáí (GO): um olhar sobre a participação comunitária nos processos decisórios.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

Local: \_\_\_\_\_

#### Dados pessoais:

Nome: \_\_\_\_\_

Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino

Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Natural de: ( ) Mambáí–GO Outro: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo no cargo: \_\_\_\_\_

#### Dados específicos:

1. Quem são os responsáveis por pensar o desenvolvimento do turismo no município?
2. Como são tomadas as decisões relativas ao turismo no município? Há algum espaço público aberto, alguma ouvidoria/assembleia, para a comunidade se manifestar?
3. O **(a) senhor (a)** participa das discussões e do planejamento do turismo na localidade? Se “sim”, como se dá essa participação? Se “não”, porque não há participação?
4. De que forma o **(a) senhor (a)** tem contribuído com o planejamento turístico de Mambáí?
5. O que você pensa sobre o turismo em Mambáí? Na sua opinião ele é positivo ou negativo? Ajuda ou atrapalha o desenvolvimento do município?
6. Quais outros atores/representantes locais você indicaria para contribuírem com esta pesquisa?